



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Reclusão Feminina: Maternidade e Nacionalidade

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de Mestre em Psicologia

-Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

por

Ana Carolina Rachinhas da Silva Guimarães

Sob orientação de
Prof^a Doutora Raquel Matos

Faculdade de Educação e Psicologia
Porto, janeiro de 2015



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Reclusão Feminina: Maternidade e Nacionalidade

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de Mestre em Psicologia

-Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

por

Ana Carolina Rachinhas da Silva Guimarães

Sob orientação de
Prof^a Doutora Raquel Matos

Faculdade de Educação e Psicologia
Porto, janeiro de 2015

À minha mãe, pelo apoio incondicional, por nunca me deixar desistir e por estar comigo em todos os momentos!

“Um homem só, não existe. O que existe é esse homem, os seus sonhos, a sua família e o seu meio.”

(Nave & Jesus, 2005)

Agradecimentos

O espaço destinado aos agradecimentos, certamente, não me permite agradecer, como gostaria e como deveria, a todas as pessoas, que ao longo desta etapa me ajudaram, a cumprir os meus objetivos e que contribuíram para a realização deste trabalho. Desta forma, deixo umas breves palavras de enorme e sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, expresso o meu sincero agradecimento à Professora Doutora Raquel Matos, por me ter possibilitado a realização desta dissertação, pela orientação e por todo o estímulo, por toda a sua dedicação e pela ajuda incondicional. Por acreditar em mim e nas minhas capacidades, mas também, pelo sentido de responsabilidade que me incutiu em todas as fases deste trabalho.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e, principalmente às reclusas, que se disponibilizaram em ajudar ao partilhar as suas experiências. Sem elas, não teria sido possível! Quero deixar uma palavra simples, mas sentida, de agradecimento à Dr.^a Alzira Oliveira e ao Dr. Armando Coutinho por toda ajuda prestada para a concretização deste trabalho.

Em terceiro lugar, queria agradecer a todos os meus familiares, que me ajudaram e apoiaram na realização deste trabalho. Gostaria de tecer um especial agradecimento:

À minha mãe, por ser uma referência, exemplo de força e de dedicação, ensinando-me que com persistência tudo se consegue. Por me ter “aturado” nos momentos de desânimo e de descrença, tendo sempre uma palavra inspiradora e amiga nesses momentos. Obrigada!

À minha irmã, pela atenção sem reservas, pela amizade, pelo constante incentivo e apoio. Pela forma assertiva como diz as coisas e por saber as “palavras mágicas” de me animar e de me fazer continuar a dar o meu melhor.

À minha avó Helena, por me ensinar o significado de “não desistir” e por ser um modelo de vida, uma lutadora sem igual.

À minha tia, pelas palavras de ânimo, por me “obrigar” a acreditar em mim e nas minhas capacidades. Por ajudar a passar os momentos de maior stresse durante a execução deste trabalho.

Ao meu pai, pela forma como acompanhou e ajudou na conclusão de mais uma etapa da minha formação. Por me ensinar a honrar e a lutar sem reservas pelos meus objetivos e por me incentivar a dar sempre o meu melhor.

À minha prima Rita, por estar sempre pronta a ajudar, pelas palavras de conforto e de coragem. São essas palavras que me fazem continuar ainda com mais vontade.

Ao Dr. João Pascoinho por ser um leitor assíduo deste trabalho e pelo incessante esforço em me incentivar nesta fase. Um muito obrigada!

Em quarto lugar, quero agradecer todo o apoio prestado pelos meus amigos que ajudaram, de certa forma na concretização deste projeto. Quero dedicar um especial agradecimento:

À Ana Lopes, que apesar do seu jeito “distraído”, apoia-me, incondicionalmente, em todos os momentos da minha vida, e este não foi exceção. Pela sua tranquilidade que me fazia acalmar em momentos de maior stresse, sempre arrebatados com palavras de conforto.

À Mónica, minha grande cúmplice, em todos os momentos de frustração e de desabafos, por nunca me ter deixado “baixar os braços”. Pela ajuda mútua, pela confiança, pelo companheirismo e pelo carinho sempre demonstrado. Foi um ano de conquistas, sempre de “mãos dadas”. Obrigada!

À Ânia, pelo apoio incondicional, pelo seu sentido prático de ver as coisas e por acreditar sempre em mim e naquilo que faço. Por ser uma pessoa inspiradora e por demonstrar o sinónimo de amizade. Obrigada por estares sempre disponível em ajudar!

À Mafalda, por ter sido o meu pilar quando iniciei o mestrado, por me ter possibilitado ser sua amiga e por me ter deixado fazer parte da sua vida. Que me ensinou e continua a ensinar a ser uma melhor pessoa todos os dias.

À Júlia, que apesar da distância, nunca deixou de me incentivar e de acreditar em mim. Um apoio incondicional durante anos. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Às minhas amigas Soraia, Débora e Laura, por serem um exemplo de verdadeira amizade. Um muito obrigado pela amizade, confiança, pelos conselhos que me deram e continuam a dar. Sem vocês este percurso teria sido mais difícil.

À Guida, pelo seu otimismo, por “abraçar” esta etapa tão importante a meu lado e pela sua boa disposição.

À Ana Ilina, pelos desabafos, pelos seus ensinamentos de quem ‘por lá passou’ e por ter sempre uma palavra de conforto.

À Bi Lopes, por ser uma pessoa muito especial e muito carinhosa, sempre preocupada e pronta a ajudar. Obrigada pela amizade!

Ao Bruno, Siddiq, Juco, Teibão, Ruca e Élio, pelo sentido de humor “tão nosso”, pelos momentos de descontração, aliados de muitas gargalhadas, que me deixavam com uma força redobrada para trabalhar neste projeto. Por sempre me acompanharem!

Teria tão mais a agradecer, àquelas pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente, contudo penso que durante esta jornada fui transmitindo esse mesmo agradecimento. O meu sincero obrigada...

Resumo

As mulheres estiveram durante muito tempo ausentes no estudo da criminalidade, a nível nacional e internacional (Matos, 2008). É também à figura feminina que se atribui maior responsabilidade no incremento de cidadãos estrangeiros no sistema jurídico e prisional (Moreira, 2006). Perante a reclusão feminina, o exercício da parentalidade por mulheres reclusas continua invisível (Granja, Cunha & Machado, 2013), existindo poucos estudos que se debrucem sobre o efeito da reclusão nas mães (Shamai & Kochal, 2008).

O presente estudo tem como objetivo perceber como é que as mulheres vivenciam a maternidade em contexto de reclusão, qual o impacto da maternidade na adaptação a esse contexto e o impacto da reclusão na maternidade e se é sentido ou não de igual forma por reclusas nacionais e estrangeiras. Para tal, foram entrevistadas quatro reclusas mães, duas portuguesas e duas estrangeiras, com filhos dentro e fora do Estabelecimento Prisional, com recurso a um guião de entrevista semiestruturado.

A partir da análise qualitativa dos discursos das quatro entrevistadas foi possível concluir que os filhos são a figura central. Para as reclusas estrangeiras contribuem para atenuar o choque à reclusão e, conseqüentemente facilitar a sua adaptação a este contexto, pois constituem na maioria das vezes o único apoio. Para as reclusas portuguesas e, dado que estas têm importantes figuras de suporte, como família e amigos, esta centralização resulta da necessidade de manutenção do vínculo materno e de sentimentos de culpabilidade.

Palavras-Chave: Reclusão feminina; imigração; reclusão de mulheres estrangeiras; maternidade na prisão; ser mãe na prisão.

Abstract

National and international literature is scarce regarding women criminality (Matos, 2008). According to Moreira (2006) the number of foreign women has been increasing in the law and prisoner Portuguese system. Nevertheless, there are few studies about the effects of prison on mothers (Shamai & Kochal, 2008; Granja, Cunha & Machado, 2013b).

The aim of this study is to understand how women live the maternity when they are in prison, what is the impact of maternity in the adaptation to that context. Is it lived the same way by national or foreign women? For that purpose, four in-depth interviews were carried out to two Portuguese and two foreign women that have children inside and outside the prison. These interviews were pursued according to a previously defined semi-structured interview protocol.

Qualitative analysis was developed and it was concluded that children are central to these women especially to foreign women for whom they are the only support. For Portuguese women this support is given by family and friends so children are central to maintain the maternal links and feelings of resent and guilt.

Keywords: Women in prison; immigration; foreign women in prison, maternity in prison, to be mother in prison.

ÍNDICE

Introdução	1
I. Enquadramento Teórico	3
1.1 Reclusão Feminina	4
1.2 Reclusão de Mulheres Estrangeiras em Portugal.....	7
1.3 Mães atrás das grades.....	9
II. MÉTODO.....	15
2.1 Objetivos Específicos.....	16
2.2 Fundamentação do método.....	16
2.3 Participantes.....	17
2.4 Instrumentos	19
2.5 Procedimentos de recolha e análise de dados.....	20
III. Apresentação dos Resultados	21
IV. Discussão dos Resultados e Conclusões.....	33
4.1 Discussão integrativa dos dados	34
4.2 Conclusões	37
V. Referências Bibliográficas	39
ANEXOS	I
ANEXO I – Guião de Entrevista	III
ANEXO II – Consentimento Informado.....	XI
ANEXO III- Grelha de Codificação	XV
Anexo IV. Tabela de Categorização	XXI

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Nacionalidade e localização dos filhos das participantes.....	18
Tabela 2. Sistema de categorias criado indutivamente a partir dos dados	23
Tabela 3. Cruzamento da nacionalidade das reclusas e da localização dos filhos com o impacto de ser mãe na experiência prisional.	29
Tabela 4. Cruzamento da avaliação do suporte com as figuras de suporte.	30
Tabela 5. Cruzamento de dados– Avaliação do suporte; Figuras de Suporte; Nacionalidade das reclusas e localização dos filhos	31

Introdução

“*Cherchez la femme*” (Hercule Poirot)¹

São poucos os estudos sobre a transgressão feminina no âmbito penal e criminológico, que advém das taxas de delinquência feminina se mostrarem inferiores quando comparadas às masculinas (Matos, 2008). Durante várias décadas, a investigação científica no âmbito da criminologia sucedeu-se a partir do universo masculino (Walklate, 2001, cit. in Fonseca, 2008), o que, induziu à “...construção de modelos teóricos caracterizados por um viés de género pois não tiveram em consideração as especificidades inerentes às experiências das mulheres” (Bosworth, 2000, cit.in Fonseca, 2010, p.11).

Portugal tem evidenciado um elevado índice de reclusão feminina, sendo apontado como um dos países com um maior índice na Europa no final da década de 90 (Matos & Machado, 2007), sendo que atualmente está alinhado com os restantes países europeus. Os crimes por estas cometidos relacionam-se na maioria das vezes com o tráfico ou consumo de drogas (Matos & Machado, 2012).

De salientar a sobrerrepresentação de cidadãos de nacionalidade estrangeira no sistema prisional português (Cunha, 2010 cit. in Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2013), que também associadas ao comércio de drogas, são as mulheres que mais contribuem para esta sobrerrepresentação (Torres & Gomes, 2002). As mulheres que cometem crimes tendem a ser consideradas duplamente desviantes, por transgredir simultaneamente os papéis de género tradicionais e as normas legais (Matos, 2008). Não obstante, estas mulheres passam a ser triplamente penalizadas por serem também estrangeiras (Matos, 2011).

A situação das mulheres transgressoras, uma população tão singular remete para o reconhecimento dos papéis que estas desempenham fora do contexto prisional, como, por exemplo, o papel de mãe (Matos & Machado, 2007).

Devido à escassez de estudos que enfatizam o fenómeno da maternidade de mulheres em reclusão, este estudo tem como principal objetivo compreender de que forma é que a maternidade influencia a experiência prisional, atendendo à nacionalidade das mesmas.

¹ “*Cherchez la femme*”, afamada frase de Hercule Poirot, significava que por detrás de um crime estaria frequentemente uma figura feminina (Ribeiro, 2013).

Sendo assim, o presente estudo apresenta quatro capítulos. O **Capítulo I**, de enquadramento teórico, está dividido em quatro secções. Primeiro serão explanadas as abordagens sobre a criminalidade feminina numa perspetiva geral para, em seguida, se exporem as abordagens sobre a reclusão de mulheres estrangeiras em Portugal. Por último é abordada a maternidade em reclusão, tanto em mulheres de nacionalidade portuguesa, como de nacionalidade estrangeira.

O **Capítulo II** diz respeito ao método, onde são descritos os objetivos e se justifica a metodologia utilizada, em função dos objetivos propostos. Neste mesmo capítulo, procede-se à caracterização da amostra, dos instrumentos e os procedimentos de recolha e análise de dados.

No **Capítulo III**, apresentam-se os resultados obtidos, que emergem da análise dos dados das entrevistas realizadas.

Por fim, no **Capítulo IV**, procede-se à discussão dos resultados obtidos, completando e relacionando os resultados do estudo com a teoria e o conhecimento produzido por outros estudos. Apresenta-se também neste capítulo uma reflexão geral sobre o trabalho desenvolvido, expondo as principais conclusões, limitações e sugestões para futuras investigações.

I. Enquadramento Teórico

1.1 Reclusão Feminina

“For men at most differ as Heaven and earth. But women, worst and best, as Heaven and hell.”

Tennyson (1872)

Embora presentes no universo criminal, o interesse científico pelo estudo das características e fenômenos associados à delinquência feminina era diminuto. Após um longo período em que a mulher não merece atenção nos estudos da criminologia, as primeiras teorias da desviância feminina, marcadamente positivista e androcêntrica, surgem no século XIX (Matos, 2008, p. 23). Essas teorias iniciam-se com estudos preconizados por Lombroso e Ferrero (1973), sendo a obra “La Donna Delinquente”² (1903) a procura de uma explicação biológica para o fenômeno criminal, que descrevem a criminalidade feminina como uma tendência inata das mulheres que não se tinham transformado em “femine womens with moral refinements” (Ribeiro, 2013).

Na perspectiva lombrosiana, apesar de as mulheres serem consideradas menos criminosas, são “mais terríveis do que qualquer homem quando cometem crimes” (Lombroso & Ferrero, 1895/1996, cit. in Matos, 2008, p.27). Estes e outros autores (e.g., Otto Pollak), que associavam o comportamento criminal da mulher às suas características individuais (biológicas e psicológicas), não tinham em consideração possíveis fatores sociais, econômicos e culturais (Matos, 2008). Caracterizavam a mulher como sendo fria, calculista, sem moral, invejosa, pouco inteligente e vingativa.

Nos finais do século XIX, alguns autores questionam os estudos centrados nos indivíduos (bio e psico) como determinantes da criminalidade feminina (Fausto, 2001, cit. in Frinhani & Souza, 2005), emergindo assim uma linha sociológica no estudo do crime (Matos, 2008). As questões de gênero continuavam a não ser uma preocupação central nestas abordagens e continuavam assim a privilegiar o homem como protagonista no estudo do crime (Matos, 2007).

É a partir das últimas décadas do século XX que se assiste ao aparecimento de estudos sobre a mulher transgressora (Matos & Machado, 2007) e procurou-se através destas “desconstruir os discursos tradicionais da criminologia sobre a mulher ofensora” (Matos, 2008). As mulheres ofensoras têm sido consideradas duplamente desviantes, por transgredirem a lei e

² Esta obra, ao contrário do que é publicitado, poderá ser considerada como sendo mais da autoria de G. Ferrero do que propriamente de Lombroso, como mencionado no prefácio dessa obra (Beleza, 1990).

também os papéis de género socialmente estabelecidos (Cunha,1994). Contudo, as autoras feministas são críticas à construção desta conceção, ressaltando que as mulheres por adquirirem um estatuto de “dupla transgressora” acabam por ser duplamente punidas (Matos, 2008). É este olhar sobre a mulher que, segundo alguns autores, promoveu e tem vindo a promover um inadequado tratamento das mulheres no sistema judicial (Azaola, 2005).

É que apesar de as mulheres ainda representarem uma ténue fração no universo prisional nos últimos anos, verifica-se um exponencial crescimento a nível mundial da população feminina reclusa nas cadeias (Matos & Machado, 2007). Em Portugal, a proporção de mulheres reclusas, como revelam os números oficiais da Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), teve um pico máximo de cerca de 10% em 1997, situando-se, recentemente, abaixo dos 6% da população reclusa total (Matos, 2011). Ainda de acordo com a DGRSP, as estatísticas mais recentes, referentes a 2014, indicam a existência de 822 mulheres e 13188 homens reclusos em Portugal. Confirmam ainda que, entre 1999 e 2014, as taxas de reclusão das mulheres são sistematicamente mais baixas em relação às taxas de homens reclusos, levando a crer que existe a presença de um fenómeno fortemente condicionado pela variável género (Ribeiro, 2013).

Os crimes cometidos pelas mulheres detidas em Portugal relacionam-se, maioritariamente, com o tráfico de estupefacientes (Matos & Machado, 2012), contribuindo para um aumento da reclusão feminina (Cunha, 2002; Matos, 2007). De acordo com dois estudos realizados por Cunha (2002), com dez anos de diferença, houve um aumento de 40% do crime de tráfico de estupefacientes, do primeiro para o segundo momento. Consequentemente, as mulheres encontram-se a cumprir penas mais longas (superior a cinco anos) do que os homens (Torres & Gomes, 2002).

Estas mulheres são sobretudo provenientes dos subúrbios dos meios urbanos e dos bairros sociais (Cunha, 2002). O contexto social de onde são provenientes pode estimular o envolvimento em atividades ilícitas como forma de subsistência para mulheres de baixos estratos socioeconómicos (Cunha, 2002). Ainda segundo Cunha (2002) “ o mercado retalhista de droga propriamente dito trouxe aos bairros das periferias urbanas portuguesas uma estrutura de oportunidades ilegais e sobretudo, de fácil acesso”.

Vários são os autores que caracterizam as mulheres desviantes como tendo baixos recursos económicos e baixas habilitações literárias, consequentemente, a reduzida diferenciação académica e profissional leva a trajetórias de empregos instáveis e reforça a exclusão social (Torres & Gomes, 2002). Estudos realizados por Torres & Gomes (2002) demonstraram que 26,9% das reclusas nunca frequentou a escola e que 63,1% se encontravam a exercer uma atividade profissional antes da reclusão. Dados referentes a 2012, obtidos através da DGRSP, ressaltam que 10,9% da população reclusa feminina não sabe ler nem escrever, mas que 77% frequentou o ensino escolar. Por outro lado, os homens apresentam uma taxa de

analfabetismo inferior às mulheres, em que apenas 4,2% não sabe ler nem escrever e que 91,7% dos homens frequentou o ensino escolar. Não obstante, a taxa de mulheres que frequentou o ensino secundário e o ensino superior é maior do que os homens reclusos.

No que concerne à idade da população prisional feminina, verifica-se um envelhecimento em comparação à população masculina, em que 31,6% das reclusas se encontra na faixa etária entre os 30 e 39 anos de idade (DGRSP, 2012). Relativamente à situação penal, a taxa relativa às reclusas preventivas excede em sete pontos percentuais o universo masculino, referente à mesma situação jurídica: 22,8% de mulheres comparativamente com 15,7% de homens. Estes dados são também encontrados em estudos da autora Fonseca (2010), que ressalta uma maior proporção de mulheres em prisão preventiva, comparativamente aos homens reclusos. De acordo com Ribeiro (2013), esta situação é corroborada por Torres & Gomes (2002) e por Cunha (2002), a nível nacional e por Almeda (2005, cit. in Fonseca, 2010), a nível internacional. Contrariamente, a taxa relativa às reclusas condenadas é inferior em sete pontos percentuais aos homens reclusos: 77,2% de mulheres comparativamente com 84,3% de homens.

Em 2012, 57,1% das mulheres cumpriam penas entre os 3 e os 6 anos contra 27,7% dos homens e nas penas entre os 6 e os 9 anos as mulheres estavam igualmente mais representadas que os homens (25,5% contra 18,9%). Quanto às estatísticas relativas à taxa de reincidência no caso Português são incompletas, sendo o estudo das mulheres sobre esta dimensão muito pouco explorado (Ribeiro, 2013). Harm & Phillips (2001, cit. in Ribeiro, 2013) advogam que o fator protetor mais importante face à reincidência é a existência de um vínculo com o companheiro. Vários estudos vão no sentido de que a ausência do marido ou do companheiro é uma condição que poderá aumentar o risco de reincidência e é muito evidente em famílias (mães) monoparentais (Bonta et al., 1995, cit. in Ribeiro, 2013). Isto pode refletir a necessidade e as dificuldades sentidas pelas mulheres para garantir recursos necessários para os filhos.

O'Brien (1999, cit. in Ribeiro, 2013) em entrevistas realizadas a mulheres que tiveram uma reintegração positiva na sociedade, ressalta a importância das reclusas serem capazes de encontrar uma casa com as condições adequadas e criar laços sociais positivos, fomentar um bom suporte social e de encontrarem um trabalho. Também para Harm & Phillips (2001, cit. in Ribeiro, 2013), segundo os discursos de mulheres reclusas reincidentes, os laços sociais e os vínculos emergem como um fator protetor importante e face à reincidência.

Segundo as autoras Matos & Machado (2007, p. 1046), as mulheres reclusas perspetivam a experiência da reclusão como uma viragem positiva no seu percurso, pois permitem que situações de abuso acabem («a pessoa que me fazia mal, não é, já não tá cá mais pra me fazer mal»), a possibilidade de acabar com os consumos de droga («ter vindo detida e saber que estava curada da droga, que já não precisava mais de heroína») com a prostituição («para sair da vida») e com os roubos («para não andar a roubar mais»). Emergem também aceções negativas associadas às suas experiências prisionais, relacionando sobretudo a privação

de liberdade e também com o impacto que a reclusão causa nos outros e em particular nas suas famílias (Matos & Machado, 2007).

1.2 Reclusão de Mulheres Estrangeiras em Portugal

“A sua dupla vulnerabilidade – migrantes e mulheres – expõe-nas a riscos acrescidos.”

(Carneiro, 2009)

Portugal, até meados da década de 70, era essencialmente um país de emigração. Nos últimos vinte anos a posição de Portugal alterou-se, havendo uma transição de emigração para imigração (Esteves & Malheiros, 1999). Começou a acolher população vinda, principalmente, de outros países membros da União Europeia, do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa (PALOP) (Esteves & Malheiros, 1999). Desde 2005, tem-se denotado um decréscimo da população imigrante em Portugal e um aumento nos fluxos de emigração³ para Inglaterra, Alemanha e Holanda (Ferin, Santos & Fortes, 2008). Estes valores poderão não corresponder à realidade, pois a aquisição de nacionalidade portuguesa e a permanência em situação ilegal podem comprometer a veracidade destes dados (Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2013).

Em países em que a imigração mais se faz sentir, como é o caso de Portugal, foi bastante publicitado o crime violento em confluência com o aumento do número de imigrantes (Guia, 2010). Esta construção do cidadão estrangeiro como sendo um ‘mau elemento’ está relacionado com alguns fatores, tais como, o racismo ou a xenofobia (Maneri & Wal, 2005, cit. in Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2013). Segundo Esteves e Malheiros (1999, p.79), que de acordo com a bibliografia recente sobre imigração e crime na Europa do Sul, referem que comportamentos racistas e xenófobos, associados a práticas discriminatórias provoca uma crescente vulnerabilidade na população estrangeira.

Estudos preconizados pelo *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (EUMC, Ferin, Santos & Fortes 2008), sobre as atitudes face às imigrações e às minorias nos países europeus, consideram que os *media* têm impacto e apontam ainda a existência de

³ Tal poderá ser explicado, entre outros fatores, pela atual crise económica (Esteves & Malheiros, 2013).

demasiados estereótipos (Ferin, Santos & Fortes, 2008). Os *media* contribuíram para a criação de uma imagem negativa sobre o envolvimento de cidadãos estrangeiros em atividades criminosas, fortificando a associação entre *imigrante* e *crime* (Cádima & Figueiredo, 2003 cit. in Guia, 2010). A partir do momento em que as variáveis como idade, o género e a inserção laboral são tidos em consideração na comparação entre residentes nacionais e estrangeiros, a discrepância entre estes desaparece e as taxas no crime revelam-se semelhantes (Cunha, 2014).

De uma forma geral, na última década, a proporção de reclusos estrangeiros nas prisões europeias têm vindo a aumentar. No que se refere a Portugal, é de salientar a sobrerrepresentação de cidadãos de nacionalidade estrangeira no sistema prisional e, genericamente, no sistema de justiça criminal (Cunha, 2010 cit. in Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2013). Estes estão mais sujeitos a prisão preventiva, têm menos acesso a medidas alternativas e são também condenados a penas de maior duração, o que contribui para essa sobrerrepresentação (Seabra & Santos, 2005; Gomes, 2013; Cunha, 2014).

É notório que para além dos jovens e homens, as mulheres migram cada vez mais à procura de uma vida mais independente (Ferin, Santos & Fortes, 2008) e de melhores condições de vida, que é contrariada muitas vezes pela realidade social em que se encontram os países que as acolhem (Moreira, 2011). Até há três décadas atrás, a migração feminina era alvo de pouca atenção, uma vez que, durante muito tempo o típico imigrante era o homem (Casas & Garson, 2005, cit. in Miranda, 2009), existindo pouca investigação sobre os percursos atuais das mulheres migrantes (Wall, Nunes & Matias, 2008). A literatura tem realçado uma perspetiva masculina dos trajetos migratórios, encarando o homem como principal *breadwinner* e a mulher enquanto membro dependente do seu agregado familiar (Wall, Nunes & Matias, 2008).

Vinculadas aos crimes de droga, são mulheres que “aparecem referenciadas pelo seu massivo contributo para o fenómeno de sobrerrepresentação de estrangeiros no sistema prisional português” (Torres & Gomes, 2002, p.33). Muitas mulheres estrangeiras, de Portugal só conhecem a sala do aeroporto (Nery, 2012), sendo estas, maioritariamente provenientes de Cabo-Verde (25,4%), Brasil (18,2%) e Espanha (11,6%), respetivamente (DGRSP, 2012). Evidencia-se ao nível da diferenciação académica que existe uma maior percentagem de reclusas estrangeiras que atingiram ou concluíram formação universitária (8,3%) em comparação com as reclusas nacionais (2,1%) (DGRSP, 2012). No que se refere à idade destas reclusas estrangeiras, verifica-se que estas situam-se numa faixa etária inferior quando comparadas com as portuguesas, em que 10,5% das reclusas estrangeiras se encontram entre os 21 e os 24 anos (DGRSP, 2012). De referir que a taxa relativa às reclusas estrangeiras condenadas (54,1%) é superior às em que estão em prisão preventiva (45,9%), encontrando-se maioritariamente, a cumprir penas de 3 a 6 anos.

A mulher que comete crimes tende a ser duplamente penalizada por transgredir as normas legais e também os papéis de género tradicionais (Matos, 2008). Porém, estas mulheres passam a ser triplamente penalizadas por serem estrangeiras (Matos, 2011).

1.3 Mães atrás das grades

“A maternidade é uma temática especialmente peculiar, e pode ser vista de vários prismas: tanto por parte das mães, como dos seus filhos.

(Centro de Direitos Humanos, 1995)

Verifica-se que quase todas as mulheres reclusas são mães e têm filhos dependentes (Torres & Gomes, 2002; Cunha, 2002; Almeda, 2003, cit. in Fonseca 2010, p.71). Quando as mulheres vão presas e simultaneamente estão grávidas ou têm filhos pequenos, começam desde logo a pensar nas possibilidades de acolhimento existentes para as crianças, que variam de acordo com a idade destas e também com a “elasticidade da família”⁴, sendo estas: i. membros da família assegurarem os cuidados das crianças; ii. mães levarem as crianças para a prisão; iii. criança ficar numa instituição durante o tempo de reclusão da mãe (Granja, Cunha & Machado, 2012). Para estas mesmas autoras, o cenário mais comum é que a criança fique aos cuidados de familiares escolhidos pela própria mãe, sendo frequentemente os avós os escolhidos.

Contudo, devido à possibilidade de permanência das crianças até aos cinco anos de idade, junto das suas mães⁵, enquanto estas cumprem pena, observa-se que inúmeras mulheres, por opção ou por não terem outra alternativa, decidem levar os filhos consigo para a prisão (Serras & Pires, 2004). Mumola (2000) refere que o número de crianças que se encontram com as mães na prisão aproximadamente duplicou, entre 1991 e 1999.

A tomada de decisão por parte das reclusas acerca da permanência das crianças dentro ou fora da prisão é segundo a Quaker United Nations Office (QUNO, 2008) uma decisão difícil para as mães, existindo a necessidade de fazer um balanço entre as vantagens e/ou desvantagens.

⁴ Termo utilizado por Sandra Enos para definir a capacidade que os familiares têm de acomodar novos membros familiares e adquirir responsabilidades adicionais em tempos de crise (Enos, 2001).

⁵ Segundo o Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (Dec. Lei nº 115/2009 de 12 de Outubro), a permanência de crianças num estabelecimento prisional português, só ocorre caso a criança não ultrapasse os cinco anos de idade, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja do interesse do menor e existam as condições necessárias.

No contexto prisional ser uma família é diferente do que é geralmente considerado como sendo o cotidiano de uma família fora da prisão (Enroos, 2011). Existem autores que defendem que nenhuma prisão é capaz de proporcionar um ambiente saudável para o desenvolvimento normal da criança (Neto & Bainer, cit. in Machado, 1997), uma vez que dentro da prisão o ambiente é considerado por muitos, como sendo, agressivo, conflituoso, demasiado barulhento e agitado (Cunha, 1994). A gestão da relação mãe-criança fica submetido a regras que regem a dinâmica prisional, podendo condicionar os cuidados prestados às crianças, que por conseguinte, pode influenciar a qualidade de interação entre as mães com as crianças (Serras & Pires, 2004).

Por outro lado, existe quem defenda que a criança não se deve desvincular da figura materna, especialmente numa fase precoce da vida da criança, mesmo que isso signifique que a criança permaneça na prisão, cuja relação afetiva com a mãe é fulcral para o seu desenvolvimento, tanto motor como psicológico (Serras & Pires, 2004). As reclusas que criam os seus filhos dentro da prisão têm assim muitas vezes a possibilidade de o fazer num ambiente mais seguro, quando comparado com o ambiente mais perigoso e inseguro que constituíam a sua realidade (Carlson, 2001; Eloff & Moen, 2003; Schehr, 2004; Serras & Pires, 2004, cit. in Shamaï & Kochal, 2008).

Ser mãe na prisão acarreta um conjunto único de desafios (Easterling, 2012). Porém poucos são os estudos que se têm centrado sobre o efeito da reclusão nas mães (Shamaï & Kochal, 2008) e como é que os sentimentos como mães pode influenciar a sua adaptação durante a reclusão (Loper, 2006). Para Houck e Loper (2002) ter uma criança aumenta a probabilidade de uma melhor adaptação ao contexto prisional, podendo ser percecionado como um motivo de sobrevivência para muitas mulheres reclusas (Shamaï & Kochal, 2008). Muitas referem que a maior dificuldade que enfrentam na prisão é não poderem estar com os seus filhos (Bloom & Steinhart, 1993; Celinska & Siegel, 2010).

Com a presença dos filhos, as mães não se sentem tão sozinhas, suavizando o choque e a vivência prisional (Cunha, 1994). A criança pode proporcionar à mãe um maior sentimento de bem-estar, uma vez que a sua presença pode minimizar o sofrimento, ajudando as mães a passar o tempo de uma melhor forma, a diminuir as tristezas (Silva, Luz & Cecchetto, 2011) e auferir às mães uma maior liberdade dentro da prisão (Mello & Gauer, 2011, cit. in Inácio, 2013). De acordo com Serras e Pires (2004), a experiência prisional seria mesmo considerada insuportável sem a presença dos seus filhos, na medida em que esta experiência pode ser atenuada pela força e coragem que os filhos transmitem às mães. Para Amorim (cit. in Nery, 2012, p. 119) existe “crianças que vieram ao mundo com a missão de tornar mais suportável o castigo das mães”.

Uma vez que as mães se centram nos filhos e os seus tempos livres é maioritariamente ocupado por estes, as mães reclusas encontram uma maneira de os dias passarem mais depressa e não pensarem tanto na sua situação atual (Serras & Pires, 2004). Também a permanência das

crianças com as suas mães intramuros pode não só evitar que estas entrem em depressão (Machado, 1997), como confere a estas mães “uma maior estruturação da personalidade e da identidade, dado o seu desempenho como mães” (Serras & Pires, 2004).

De acordo com Boudin (1998; Celinska & Siegel, 2010) a relação mãe-criança torna-se o foco central da vida emocional de uma mulher na prisão, servindo muitas vezes como uma fonte de esperança e mudança. Contudo muitas vezes esta relação engloba sentimentos de fracasso, culpabilização e ansiedade (Shamai & Kochal, 2008). Na prisão surgem também desvantagens em ser mãe, como por exemplo a propensão para maiores níveis de mal-estar e culpabilização por parte das reclusas, que para além de estarem privadas de liberdade, ou privam os filhos ou se separam destes, o que lhes provoca um sentimento de dupla culpabilização (Silva, Luz & Cecchetto, 2011), sendo que a culpa é um tema recorrente nas narrativas das mães reclusas (Granja, Cunha & Machado, 2013). Quando as crianças permanecem na prisão junto das suas progenitoras, estas sentem muitas vezes uma enorme culpabilidade, não só porque sentem que com a sua reclusão privam os seus filhos da liberdade, mas também pelo receio das reações futuras das crianças perante a possibilidade de os filhos não entenderem as razões das suas opções e por culpabilizá-las de lhes terem privado a liberdade (Serras & Pires, 2004). A adaptação das mães pode também tornar-se mais difícil, sendo que nesta fase as reclusas mães encontram-se sensíveis, choram bastante e verifica-se muitas oscilações nos seus comportamentos (Serras & Pires, 2004).

A separação em relação aos filhos é também um dos aspetos mais stressantes da experiência prisional feminina (Loper, 2006). O facto de as crianças terem de abandonar a prisão até aos cinco anos de idade e as mães muitas vezes ainda não terem cumprido o tempo total da pena, deixa-as igualmente, bastante angustiadas e nervosas (Serras & Pires, 2004). Esta separação entre mães e filhos pode ser uma fonte constante de culpa, ansiedade, stresse (Granja, Cunha & Machado, 2012; Cunha & Granja, 2013a), de desânimo e alienação, que podem ser vivenciado durante as visitas dos filhos à prisão (Cunha & Granja, 2013a). No que diz respeito às visitas dos filhos, as opiniões são dissemelhantes. Vários autores consideram que as visitas ajudam na manutenção do vínculo entre pais e filhos, com o objetivo de ajudar as mães a ajustar-se melhor ao ambiente prisional (Berry & Eigenberg, 2003; Casey-Acevedo & Bakken, 2002, cit. in Celinska & Siegel, 2010). No entanto, outros referem que as visitas dos filhos são tipicamente seguidos por elevados níveis de stresse e de sensações de vazios por parte das reclusas (Houck & Loper, 2002) e que as chamadas telefónicas são mais eficazes que as visitas (Owen & Bloom, 1995, cit. in Celinska & Siegel, 2010).

Estas mães, cujos filhos se encontram fora da prisão, sentem-se “más mães” e tendem a preservar as suas funções de mãe mantendo-se informadas e tomando decisões sobre a vida dos seus filhos (Granja, Cunha & Machado, 2012). Por conseguinte, as mulheres ficam preocupadas com a sua capacidade em manter o relacionamento com as crianças durante o seu percurso na

prisão e de recuperar ou continuá-lo após a saída da prisão (Enos, 2001). Muitas não perdem a esperança de reconstruir ou reestabelecer a sua relação com os seus filhos depois da prisão (Martin, 1997, cit. in Cunha & Granja, 2013a). Contudo, existem casos em que a distância física e emocional se torna tão acentuada e a relação ao longo dos anos tão deteriorada que, quando os filhos se tornam adultos, escolhem não manter qualquer tipo de contacto com a mãe (Granja, Cunha & Machado, 2012).

Outra questão que tem sido estudada, dentro do tema da maternidade e o contexto prisional, é a qualidade parental demonstrada pelas mães. Alguns estudos não revelam diferenças a nível de capacidades parentais no que diz respeito a mães intra e extramuros (LeFlore & Holston, 1990; Rosenkrantz & Joshua, 1982, cit. in Shamaï & Kochal). Não obstante, existem estudos que salientam que a capacidade das reclusas como mães fica comprometida (Enos, 2001). Socialmente as mães reclusas são vistas como sendo “más mães” e que negligenciam os seus filhos (Boudin, 1998). Porém, para Shamaï & Kochal (2008), a experiência prisional apesar de dolorosa pode contribuir para que haja uma melhoria das capacidades parentais, mesmo em casos em que a relação entre pais e filhos antes da reclusão fosse problemática⁶. O período de reclusão pode permitir às mulheres maior disponibilidade para pensarem nas suas responsabilidades enquanto mães (Pollock, 1998; Almeda, 2003, cit. in Fonseca, 2008).

De uma forma global, importa salientar que estas mulheres consideram que ser mãe na prisão as transformou como mães, não que antes não soubessem cuidar dos seus filhos, contudo, este contexto ajudou-as a tornarem-se mais atentas, mais dedicadas e mais próximas dos seus filhos (Serras & Pires, 2004), podendo desenvolver comportamentos maternais exemplares (Dormoy, 1992). Para algumas mães é importante, para reverter uma identidade “desviante”, um discurso de “boas mães”, socialmente expectável (Cunha, 1994; Cunha & Granja, 2013b).

⁶ Alguns estudos indagaram sobre a importância da maternidade para promover a motivação na reabilitação das mulheres reclusas (Block & Potthast, 1998; Hardesty & Black, 1999, cit. in Shamaï & Kochal, 2008).

Mães estrangeiras atrás das grades

“Não é o primeiro filho (...) Mas é o primeiro filho a nascer na cadeia, num país que não é o seu, rodeada de caras e costumes estranhos.”

(Isabel Nery, 2012)

São múltiplas as formas como as mulheres encaram a reclusão, num país que não é o seu (Matos, 2012). Várias vêm em busca de uma vida melhor, de condições mais favoráveis, de forma a procurar num país uma maior estabilidade social e económica (Monteiro & Ramos, 2010). Para as estrangeiras que vieram para Portugal com esse propósito e que já aqui viviam há algum tempo, a reclusão pode representar para estas uma derrota (Matos, 2012). Por outro lado, Portugal para algumas mulheres foi um destino de «acaso», sendo que na maioria das vezes, de Portugal só conhecem o aeroporto (Nery, 2012, p. 67). A maioria destas é detida pelo tráfico de estupefacientes, que é responsável pelo *boom* de estrangeiras nas prisões portuguesas (Nery, 2012, p. 67). Muitas destas mulheres deixam os seus filhos e os restantes familiares nos seus países de origem, algumas com uma gravidez desconhecida partem, sendo que geralmente só regressam depois de cumprirem as penas nos estabelecimentos prisionais portugueses, onde muitas vezes nascem e crescem os seus filhos (Afonso, 2005).

De acordo com a amostra de 186 mulheres de nacionalidade estrangeira do projeto intitulado “Trajetórias de vida de reclusas de nacionalidade estrangeira em Portugal” (Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2011a), verifica-se que a maior parte destas mulheres tem um ou dois filhos. Concernente à localização dos filhos das reclusas, constata-se que as mulheres que são mães (79,2%), mais de metade têm-nos no seu país de origem (56,5%), em que quando há mais do que um filho, por vezes estes encontram-se em Portugal e no país de origem (11,6%). Apenas 18,7% das mulheres têm todos os seus filhos em Portugal, em que 11% estão no EP.

Afonso (2005) advoga que as dificuldades sentidas pelas mães reclusas estrangeiras, prendem-se com o facto de estarem longe do seu país de origem e de muitas deixarem os seus filhos entregues aos cuidados de outros familiares. Outras dificuldades sentidas por estas mulheres estão relacionadas com a ausência de família e amigos, a falta de visitas e com as questões linguísticas, culturais e religiosas (Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2011b; Gomes, 2013). Quando se encontram longe dos filhos e quando estão desprovidas de visitas, recorrem aos telefonemas, visto ser a única forma de saber dos filhos (Afonso, 2005).

Esta problemática da maternidade em reclusas estrangeiras assume necessidades e obstáculos acrescidos, sendo que poderá ser diferente ou eventualmente mais difícil do que o exposto. No estudo que a seguir se apresenta será analisada a vivência da maternidade em reclusas nacionais e estrangeiras.

II. MÉTODO

2.1 Objetivos Específicos

Partindo do estado da arte apresentado, os objetivos da presente dissertação passam por perceber como as mulheres dão sentido a ser mãe no contexto da reclusão. Especificamente pretende-se analisar qual o impacto que a maternidade tem no seu comportamento e adaptação à prisão, de que modo a reclusão tem impacto no papel de mãe e, por fim, se este impacto é sentido ou não de igual forma por reclusas de nacionalidades diferentes e se o facto de terem os filhos fora ou dentro do EP.

É também importante, compreender de que forma é relevante o suporte por parte da família, das outras reclusas e do *staff* prisional e como esse suporte pode influenciar o impacto da maternidade durante a reclusão, quer em mulheres de nacionalidade portuguesa, quer de nacionalidade estrangeira.

2.2 Fundamentação do método

Neste estudo empírico, com vista a cumprir os objetivos anteriormente descritos, a metodologia utilizada é de natureza qualitativa, através da análise dos discursos das mães reclusas, portuguesas e estrangeiras, com filhos dentro, fora ou em ambas as situações, do Estabelecimento Prisional.

Esta metodologia é apropriada para aceder a representações e a trajetórias (Ingold & Ingold, 1990, cit. in Ribeiro, 2013). A sua utilização é pertinente quando é pretendido um conhecimento vasto, holístico e mais profundo de um fenómeno ou problema (Denzin & Lincoln, 2005; Ritchie, 2003).

Ao não menosprezar as conceções que podem surgir dos dados, pode-se compreender de forma mais aprofundada, interativa e complexa as dimensões associadas à forma como é vivenciada a maternidade em mulheres reclusas de diferentes nacionalidades.

A investigação qualitativa afigura-se como a abordagem metodológica mais apropriada, atendendo à escassez de literatura referente ao fenómeno em estudo, permitindo assim uma maior compreensão da realidade que se pretende estudar.

2.3 Participantes

Nos métodos qualitativos, as amostras não se pretendem aleatórias, mas intencionais, nem representativas de uma população, mas sim da experiência de um fenómeno (Machado, 2000, cit. in Matos, 2008).

Circunscrita aos objetivos supra citados, a presente investigação teve como foco populacional reclusas mães, portuguesas e estrangeiras, com filhos dentro, fora ou dentro e fora do Estabelecimento Prisional.

A recolha de dados ocorreu junto de quatro mulheres, com experiências relevantes relativamente ao fenómeno do estudo (Ritchie, 2003). Apresenta-se a seguir, de forma breve, a história destas mulheres.

“Luana”.⁷

Luana, de trinta anos de idade, natural da Roménia, que está a cumprir uma pena de quatro anos por associação criminal e furto qualificado. Completou o 12º ano de escolaridade, tendo posteriormente começado a trabalhar como empregada de balcão.

Antes da detenção, vivia com o marido em Portugal e grávida. O marido foi detido quando estava grávida de cinco meses, contudo teve um final de gravidez sem problemas, tendo ido ainda grávida para o Estabelecimento Prisional.

No Estabelecimento Prisional, Luana estava a trabalhar e a prestar cuidados à sua filha.

“Rita”.

Rita, de trinta e quatro anos de idade, é portuguesa e está a cumprir uma pena de seis anos por furto qualificado.

Tem o 12º ano de escolaridade, e, antes da reclusão, trabalhava como técnica de vendas.

À data da detenção encontrava-se a viver com o seu companheiro, que foi igualmente detido pelo mesmo tipo de crime. A relação, entretanto, cessou. Foi na prisão que Rita descobriu que se encontrava grávida, sendo que inicialmente, pensavam que se tratava de uma gravidez psicológica.

Relativamente ao percurso prisional, Rita encontrava-se a trabalhar nas faxinas das alas e a cuidar do seu filho, de dezoito meses.

⁷ Com vista à preservação do direito à reserva da intimidade e proteção de informações, optou-se por atribuir um nome fictício para identificar a reclusa.

“Olga”.

Olga de trinta e dois anos, natural de Montenegro, está a cumprir uma pena de um ano e seis meses por roubo.

Nunca frequentou o ensino escolar e vivia com inúmeras dificuldades, sendo que veio viver para Portugal com o objetivo de melhorar as suas condições de vida, conseguindo trabalho numa sucata.

Olga tem sete filhos, entre os dois e os quinze anos de idade. Até à data da detenção vivia com os filhos e o companheiro.

Desde que se encontra detida perdeu o contacto com o companheiro e os filhos encontram-se numa instituição de acolhimento de crianças e jovens.

Concernente ao seu percurso prisional, Olga encontra-se a trabalhar nas oficinas do Estabelecimento Prisional.

“Maria”.

Maria, de trinta e um anos, é portuguesa e está a cumprir uma pena de cinco anos e seis meses devido à prática de um crime de furto qualificado.

No que concerne ao seu percurso escolar, frequentou até ao sétimo ano de escolaridade. Começou a trabalhar desde cedo, no ramo da hotelaria, como empregada de mesa ou balcão.

Maria tem três filhos, de doze, onze e três anos, sendo que os dois filhos mais velhos são fruto de outra relação já cessada. A filha mais nova é filha do ex-companheiro que está a cumprir pena pelo mesmo tipo de crime. Os filhos mais velhos estão à guarda da avó materna, sendo que a filha mais nova se encontra junto da mãe no Estabelecimento Prisional.

Tabela 1. Nacionalidade e localização dos filhos das participantes

	Nacionalidade	Localização
Luana	Romena	Dentro do EP
Rita	Portuguesa	Dentro do EP
Olga	Montenegrina	Fora do EP
Maria	Portuguesa	Dentro e fora do EP

2.4 Instrumentos

Para a concretização dos objetivos propostos, a entrevista assumiu-se como o método de recolha de dados, uma vez que permite aceder às interpretações e às experiências pessoais dos participantes ao proporcionar um entendimento aprofundado do contexto social em que o fenómeno em estudo está localizado (Mason, 2002; Ritchie, 2003). Taylor e Bogdan (cit. in Olabuénaga, 1996) definem a entrevista como “encontros, face a face, entre o investigador e os informantes, encontros estes dirigidos para a compreensão das perspetivas que os informantes têm acerca das suas vidas, experiências e situações”.

Elaborou-se um guião de entrevista semiestruturado (cf. Anexo I), que possibilitou a obtenção de dados comparáveis entre os vários sujeitos, neste caso, junto das mães reclusas, portuguesas e estrangeiras. Qualquer instrumento de avaliação pode ser definido como um “conjunto de itens, questões ou situações mais ou menos organizado e relacionado com um certo domínio a avaliar” (Almeida & Freire, 2007, p. 134).

A construção do guião de entrevista adveio da escassez da literatura sobre o impacto da maternidade em reclusas portuguesas e estrangeiras, sendo que as questões que a entrevista contempla têm por referência os objetivos do estudo.

O guião está dividido entre quatro partes: (i). Introdução, onde é pedido à reclusa que fale sobre o seu percurso no Sistema de Justiça Penal, e, onde é explorado como é vivenciado o Contexto Prisional pela mesma, pedindo para descrever o seu percurso prisional, mencionar como é a relação com as outras reclusas e questionar se no momento se encontra integrada em atividades laborais, escolares e/ou integra atividades socioculturais; (ii) Maternidade, que tem como intuito que as reclusas falem sobre a sua história conjugal mais atual e questionar como se sentem no papel de mãe e o que para elas é ser mãe; (iii) Impacto da maternidade na reclusão, onde é pedido à reclusa que explicita como é ser mãe e estar presa, qual o impacto de ser mãe no seu comportamento e na sua adaptação à prisão e ainda questionar sobre a importância da rede e suporte durante a maternidade por parte da família, das outras reclusas e do *staff* prisional; (iv) Impacto da reclusão na maternidade, onde é questionado se as reclusas consideram diferente ser mãe na prisão e mãe fora da prisão e onde é indagado sobre o que é que a prisão poderia oferecer de forma a minimizar o impacto da reclusão no seu papel de mãe.

2.5 Procedimentos de recolha e análise de dados

Antes da realização das entrevistas foi explicado a cada participante os objetivos do estudo e a importância da sua colaboração, tendo-lhes sido assegurado o anonimato e confidencialidade dos dados. O consentimento informado (cf. Anexo II) foi formalizado por escrito e assinado pelas participantes.

As entrevistas foram realizadas entre abril e maio de 2014, aplicadas individualmente num gabinete destinado ao atendimento da população reclusa do Estabelecimento Prisional, sendo que todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio.

Durante as mesmas, foi utilizada uma linguagem simples e de fácil entendimento. De acordo com Ghiglione e Matalon (1997), a linguagem exige-se acessível, motivadora e cumpridora das expectativas que o entrevistado tem sobre o entrevistador.

As entrevistas foram registadas e integralmente transcritas, seguindo-se a recomendação de incluir “hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador (Bardin, 1977, p. 89).

Após a transcrição integral das entrevistas, os dados foram analisados e catalogados num sistema de categorias, com recurso ao *software* Nvivo10⁸, de modo a codificar a informação e criar categorias, permitindo uma melhor organização e visualização da informação, possibilitando uma análise mais profunda e flexível (Aires, 2011).

Com base no guião de entrevista, foram criadas *a priori* seis categorias centrais, a partir das quais foram criadas indutivamente subcategorias com o intuito de melhor traduzir as narrativas das reclusas entrevistadas na resposta aos objetivos do estudo. Após a estabilização do sistema de categorias, procedeu-se ao cruzamento⁹ de algumas destas com o objetivo de melhor responder aos objetivos anteriormente propostos.

⁸ Programa informático estruturado para manusear dados não-numéricos na análise qualitativa (Aires, 2011).

⁹ O cruzamento de categorias é efetuado utilizando a função “*matriz coding querie*” do software Nvivo 10. Esta função identifica as referências discursivas comuns a diferentes categorias, permitindo perceber se e como as mesmas estão relacionadas.

III. Apresentação dos Resultados

Neste capítulo pretende-se desenvolver e ilustrar as categorias que foram criadas indutivamente a partir da análise dos discursos das reclusas portuguesas e estrangeiras sobre como é ser mãe durante o período de reclusão. (Ver tabela 2)

A partir do guião da entrevista, foram criadas seis categorias centrais que melhor agrupassem os conteúdos obtidos nas entrevistas: Percurso no Sistema de Justiça Penal, Contexto Prisional, História Conjugal e de Maternidade, Maternidade e Reclusão, Crenças em Torno da Localização dos Filhos Durante a Reclusão das Mães e Recomendações para Diminuir o Impacto da Prisão na Maternidade.

Posteriormente procedeu-se à criação indutiva de subcategorias que melhor traduzissem as narrativas das participantes.

Tabela 2. Sistema de categorias criado indutivamente a partir dos dados

A. Percurso no Sistema de Justiça Penal			
B. Contexto Prisional	B.1. Relação com as reclusas	B.1.1. Globalmente não há relações de confiança_amizade	
		B.1.2. Relações neutras	
		B.1.3. Referência a casos de amizade e pessoas com quem mais se identificam	
	B.2. Ocupação laboral na prisão		
C. História Conjugal e de Maternidade	C.1. História Conjugal	C.1.1. Não mantém relacionamento	
		C.1.2. Mantém relacionamento	
	C.2. Gravidez		
	C.3. Informação geral sobre os filhos		
C.4. Ser mãe			
D. Maternidade e reclusão	D.1. Residência dos filhos (decisões)	D.1.1. Não tinha opção	
		D.1.2. Tinha opção	
	D.2. Diferente ser mãe dentro e fora da prisão		
	D.3. Condições do EP para a maternidade	D.3.1. Boas condições do EP	
		D.3.2. Dentro as condições são piores (mais limitado)	
	D.4. Impacto da reclusão nos filhos	D.4.1. Atenção diferente aos filhos que estão dentro e fora	
		D.4.2. Prejudicar e sacrificar os filhos	
		D.4.3. Não prejudicar os filhos	
	D.5. Impacto de ser mãe na experiência prisional	D.5.1. Experiência de reclusão torna-se mais difícil	
		D.5.2. Experiência de reclusão torna-se mais fácil	
		D.5.3. Experiência de reclusão é diferente	
	D.6. Rede e suporte	D.6.1. Avaliação do suporte	D.6.1.1. Avaliação Positiva
			D.6.1.2. Avaliação negativa
		D.6.2. Figuras de Suporte	D.6.2.1. Família e amigos
D.6.2.2. Reclusas			
D.6.2.3. Serviços clínicos			
D.6.2.4. Staff prisional			
E. Crenças em torno da localização dos filhos durante a reclusão das mães			
F. Recomendações para diminuir o impacto da prisão na maternidade			

A. Percurso no Sistema de Justiça Penal

Através da exploração da trajetória efetuada pelas reclusas até ao Estabelecimento Prisional, verificou-se que nenhuma apresenta antecedentes no sistema prisional, ou seja, todas são reclusas primárias (*“É difícil esquecer-me do dia em que fui presa... Foi no dia 23 de julho de 2010. E sim é a primeira vez que estou presa”* – Maria).

B. Contexto Prisional

Esta categoria central relativa às experiências destas mulheres em meio prisional divide-se em duas subcategorias, sendo estas a Relação com as Reclusas e a Ocupação Laboral na Prisão. Estas subcategorias englobam os aspetos relevantes das suas vivências diárias enquanto reclusas.

B.1. Relação com as reclusas

No que concerne à relação com outras reclusas, todas referem que existem pessoas com quem mais se identificam e/ ou amigas com quem podem contar (*“...tenho duas ou três pessoas com quem mais me identifico”* – Luana). Uma das mulheres estrangeiras justifica a relação de amizade com a necessidade de ajuda em questões burocráticas (*“Tenho uma amiga e dou-me bem com ela, que me ajuda a fazer os papéis e outras coisas porque não sei escrever em Português”* – Olga).

No entanto, três das mulheres referem que não é possível estabelecer verdadeiras relações de confiança (*“Mas confiar de verdade, só confio no meu silêncio”* – Maria).

B.2. Ocupação na prisão

Todas as participantes têm ocupações laborais em diferentes setores e é ponto comum a satisfação que apresentam na realização da sua atividade (*“Sim, trabalho...Trabalho no saco dos mortos e até gosto, é melhor do que estar presa na cela”* – Olga).

Para além da ocupação laboral, uma das reclusas referiu que ocupa também o tempo com a sua filha, quando não se encontra a trabalhar (*“... mas passo a maior parte do tempo com a minha filha, quando não estou a trabalhar”* – Luana).

C. História Conjugal e de Maternidade

Esta categoria engloba as seguintes subcategorias: História Conjugal; Gravidez; Informação Geral sobre os Filhos; Ser mãe.

C.1. História Conjugal

Três participantes referem não manter relacionamento conjugal, sendo que duas salientam que a relação já não era saudável antes da reclusão, pelo que o término da mesma não está relacionado com a reclusão (*“ [suspiros] A relação com o pai do meu filho acabou, porque naquela altura estávamos muito mal economicamente estávamos a viver tempos muito difíceis ”* – Rita). Apenas uma reclusa aponta como causa do fim da relação a reclusão (*“Ex-companheiro atualmente. Bom quando estávamos na rua era ‘como se diz?’, ouro sobre azul. Era tudo magnífico... ”* – Maria).

A mulher que mantém o casamento refere ter uma boa relação, apesar de ambos se encontrarem a cumprir pena num estabelecimento prisional (*“Casei-me com ele em 2011, estou casada já quase há três anos... Temos uma boa relação, uma relação tranquila ”* – Luana).

C.2. Gravidez

Três das entrevistadas vivenciaram a gravidez no estabelecimento prisional (*“...vim grávida para o EP”* – Luana) e duas referem ter ficado preocupadas, principalmente por se encontrarem neste contexto (*“É assim durante a gravidez eu estava mais sensível (...) pelo local aonde me encontro ...”* – Rita).

C.4. Ser mãe

Quando inquiridas sobre o seu papel de mãe, todas o percebem como algo positivo. Comumente salientam a prioridade do bem-estar dos filhos em detrimento do delas, a responsabilidade delas em traçar um melhor e diferente futuro para os seus filhos (*“...é quase esquecer as minhas necessidades, das minhas carências, anular mesmo, porque os filhos fazem esquecer tudo. Coloco o meu filho sempre em primeiro lugar e antes de quase tudo o que faço, penso sempre muito bem para não prejudicar o meu filho.”* – Rita).

D. Maternidade e Reclusão

Esta categoria aborda as decisões das reclusas no que diz respeito à residência dos seus filhos, bem como as diferenças existentes entre ser mãe e dentro fora da prisão. Diz também respeito ao impacto de ser mãe na experiência prisional, de que forma ser mãe pode ajudar ou não a uma melhor adaptação a este contexto, como influencia o comportamento das reclusas e qual o impacto da reclusão nos filhos. Ainda nesta categoria se abordam as condições que o Estabelecimento Prisional oferece para o exercício da maternidade. Por fim, pretende-se identificar a rede de suporte existente no percurso das entrevistadas no contexto da reclusão.

D.1. Residência dos filhos (decisões)

Da análise de dados, verifica-se que uma das reclusas estrangeiras, que veio grávida para o estabelecimento prisional, decidiu que o/a filho/a deveria permanecer consigo, uma vez que refere não ter familiares em Portugal (*“Nunca deixei pensar em deixar a A.¹⁰ sair do EP, porque não tinha com quem a deixar, porque não tenho familiares em Portugal”* – Luana). A segunda mulher estrangeira, menciona não ter beneficiado de qualquer suporte familiar e que as crianças foram retiradas aos progenitores pela segurança social para uma instituição de acolhimento de crianças e jovens (*“Sim foi [a Segurança Social]. O meu companheiro foi para França...não quis saber.”* – Olga), contudo ambas consideram importante a permanência dos filhos junto das mães, independentemente de o terem conseguido ou não (*“Queria trazer a minha filha mais nova para aqui, mas ninguém faz nada...”* – Olga).

Quanto às reclusas de nacionalidade portuguesa, ambas possuíam opção de escolha, tendo optado por manter os/as filhos/as intramuros. No entanto, os motivos que estão na base dessa decisão são díspares (e.g. *“Ficou comigo porque a vida lá fora não está assim tão fácil e não têm [família] assim tanto tempo quanto isso. E já deixei os meus outros dois filhos lá fora.”* – Maria).

D.2. É diferente ser mãe dentro e fora da prisão

Todas as reclusas, independentemente, de terem filhos dentro ou fora da prisão consideram que é diferente (*“É diferente ser mãe lá fora e ser mãe cá dentro, como é óbvio”* – Luana). Têm noção de que as atividades que poderiam desenvolver com os filhos são mais

¹⁰ Com vista à preservação do direito à reserva da intimidade e proteção de informações, optou-se por atribuir uma letra para identificar a filha da reclusa.

limitadas, as condições físicas são mais adversas que no exterior (*“Só sei que se estivesse lá fora ia conseguir proporcionar melhores condições...”* – Rita).

Contudo, é de ressaltar que as que foram mães apenas quando já se encontravam dentro da prisão, formulam uma ideia que não tem por base a sua experiência pessoal (*“Nunca fui mãe lá fora [risos] ... por isso não sei bem se existem e se sim quais são essas diferenças.”* - Rita).

D.3. Condições do EP para a maternidade

Depois de analisadas as informações constantes nas entrevistas é notório que apenas uma participante considera que o Estabelecimento Prisional apresenta condições facilitadoras para desempenharem as funções de mães, (*“Olhe a ala é grande, a creche é grande... tem espaço por onde circular.”* – Rita).

Para as outras duas reclusas que têm os filhos consigo, não existem condições no Estabelecimento Prisional para desempenhar o papel de mãe como gostariam, salientando obstáculos, tal como a falta de poder de decisão na vida dos filhos (*“Aqui dentro não posso decidir nada. Não decido se ela vai ou não para a creche, a minha filha pode estar doente e eu não posso tomar nenhuma decisão...”* - Maria) e a falta de espaço (*“Não há condições para ser mãe aqui dentro. Não há espaço.”* – Maria).

D.4. Impacto da reclusão nos filhos

A reclusa que tem filhos dentro e fora do Estabelecimento Prisional refere que a atenção que lhes dá é diferente: tem uma maior proximidade com a filha que se encontra com ela no EP (*“... sinto que os meus filhos que estão lá fora com a minha mãe estão a ser de certa forma injustiçados, porque estou aqui dentro com a minha outra filha e dou mais atenção a esta...”* - Maria). Esta maior proximidade compromete a adaptação desta filha durante as saídas precárias (*“E por outro lado, quando vou de precária, sinto-me mal porque como a minha filha mais nova que está aqui comigo está habituada a ser só eu e ela sente ciúmes dos outros irmãos, acha que a mãe é só dela”*. – Maria).

De acordo com uma mulher, o facto de ter ido grávida para o Estabelecimento Prisional faz com que não sacrifique tanto a sua filha (*“... foi diferente do que se a trouxesse com mais idade. Não acho que a sacrifique tanto a minha filha.”* – Luana). Também esta salienta que existem mães reclusas que consideram que o facto de ter os seus filhos no Estabelecimento Prisional os possa prejudicar e sacrificar (*“Algumas mães acham que ter os filhos pode prejudicar e sacrificar.”* – Luana).

D.5. Impacto de ser mãe na experiência prisional

De mencionar que três das reclusas entrevistadas referem que a maternidade faz com que a adaptação ao contexto prisional se torne mais difícil (*“Aqui não tenho ajuda nenhuma, se preciso de ajuda, olha tenho que me desenrascar.”* – Maria). Esta reclusa acaba por dizer que ser mãe faz com que a experiência prisional seja diferente, principalmente a nível do seu comportamento (*“Tendo a minha filha aqui dentro tenho outros objetivos.... engulo mais sapos...”* – Maria).

Uma salienta apenas o tempo escasso que tem na prisão, como aspeto limitador no exercício do papel da maternidade (*“... gerir da melhor forma o meu tempo, tenho que providenciar uma boa higiene na cela, ..., tenho que tratar do meu filho e da roupa. Torna-se mais difícil só mesmo pela questão do tempo...”* – Rita).

A reclusa estrangeira, cujos filhos se encontram numa instituição de crianças e jovens em Portugal, refere que para ela a adaptação ao Estabelecimento Prisional se torna mais difícil, pelo facto de não ter sequer a visita dos mesmos (*“porque estou sempre triste, estou sempre a chorar pelos meus filhos... muito difícil para mim não ter visitas e estar sozinha...”* – Olga). Salienta ainda que a experiência prisional podia ser diferente se tivesse os filhos consigo (*“Se eu tivesse os meus filhos comigo ia ser mais feliz...”* – Olga).

Contrariamente às mulheres anteriormente mencionadas, uma aponta a maternidade como facilitadora na experiência prisional (*“... a minha adaptação aqui na prisão foi mais fácil, primeiro porque a minha filha é tudo e deu-me muita força.”* – Luana).

Esta reclusa menciona que todas têm o mesmo tipo de tratamento (*“Não sinto que tenha um tratamento diferente aqui dentro por ser mãe...”* – Luana), embora reconheça que as reclusas que são mães têm regalias ao nível da flexibilidade de horários (*“...por exemplo aos fins-de-semana podemos ter as portas da cela aberta e outro tipo de horários... são mais flexíveis.”* – Luana).

No sentido de perceber se a nacionalidade das reclusas e a localização dos filhos tem impacto na vivência do papel de mãe no contexto prisional, cruzaram-se estes dados (ver Tabela 3.).

Tabela 3. Cruzamento da nacionalidade das reclusas e da localização dos filhos com o impacto de ser mãe na experiência prisional.

	Mulher Portuguesa Com filhos no EP	Mulher Portuguesa Com filhos dentro e fora do EP	Mulher Estrangeira com filhos no EP	Mulher Estrangeira com filhos fora do EP
N (Número de unidades de registo)				
Experiência de reclusão torna-se mais difícil	3	5	0	8
Experiência de reclusão torna-se mais fácil	0	1	7	0

Através da análise destes dados, constata-se que para as reclusas de nacionalidade portuguesa, a reclusão se torna mais difícil quando têm consigo os seus filhos ou quando têm uns dentro e outros fora do EP. De salientar que para as reclusas estrangeiras o facto de ter os filhos consigo no EP torna esta experiência mais fácil.

D.6. Rede e suporte

Constata-se que todas as reclusas têm ajuda de familiares e amigos (*“Falo por telefone com a minha família que me costumam tranquilizar e agora ainda mais com a minha filha.”* – Luana), à exceção de uma reclusa estrangeira que optou por ocultar o facto de se encontrar a cumprir pena (*“A minha família não sabe que estou aqui... não tenho contacto com a minha família. Por isso não tenho ajuda da minha família...”* – Olga).

Relativamente ao suporte que sentem por parte das outras reclusas são unânimes em considerá-lo pouco significativo, salientando ainda que encontram mais facilmente ajuda nas reclusas que não têm filhos dentro do Estabelecimento Prisional (*“Sempre que preciso de ajuda é mais fácil pedir ajuda às reclusas que não têm os filhos cá dentro.”* – Rita).

As reclusas entrevistadas referem ter tido um bom e continuado suporte por parte dos Serviços Clínicos existentes no Estabelecimento Prisional (*“...aqui dentro tive um bom suporte dos serviços clínicos... as enfermeiras ajudaram-me e ensinaram-me muitas coisa.”* – Luana). De referir que a reclusa estrangeira que não tem filhos no EP é a única que não se sente apoiada por parte destes serviços.

No que concerne ao auxílio prestado por parte do *staff* prisional, globalmente, as mulheres não se sentem ajudadas. Uma das reclusas sente ser alvo de atitudes discriminatórias por parte do *staff* prisional (*“Há alguns que se preocupam e outras não... e há algumas que condenam as reclusas que têm os filhos cá dentro.”* – Rita).

Para aprofundar esta análise cruzou-se a avaliação do suporte recebido com as figuras de suporte mencionadas (ver Tabela 4.).

Tabela 4. Cruzamento da avaliação do suporte com as figuras de suporte.

	Família e amigos	Reclusas	Serviços clínicos	Staff Prisional
	N (Número de unidades de registo)			
Avaliação positiva do suporte	6	1	3	1
Avaliação negativa do suporte	1	4	0	2

De uma forma geral, as figuras de suporte que surgem associadas a um maior número de referências positivas são a família e os amigos e, seguidamente os serviços clínicos.

As reclusas constituem figuras de suporte com um maior número de referências negativas, seguidas do *staff* prisional.

Foi realizado também o cruzamento das subcategorias da avaliação do suporte e das figuras de suporte, de modo a compreender se existem diferenças em função da nacionalidade das reclusas e da localização dos filhos (ver tabela 5).

Tabela 5. Cruzamento de dados– Avaliação do suporte; Figuras de Suporte; Nacionalidade das reclusas e localização dos filhos

	Mulher Portuguesa com filhos no EP	Mulher Portuguesa com filhos dentro e fora do EP	Mulher estrangeira com filhos no EP	Mulher estrangeira com filhos fora do EP
	N (Número de unidades de registo)			
Avaliação positiva do suporte	4	3	4	0
Avaliação negativa do suporte	2	1	1	3
Família e amigos	2	3	2	1
Reclusas	3	1	1	2
Serviços clínicos	1	0	2	0
Staff Prisional	1	1	0	3

A avaliação das figuras de suporte é mais positiva para as mulheres que têm os filhos intramuros, sendo que, as principais figuras de suporte para estas são a família e amigos. A única exceção encontrada na tabela (mulher estrangeira com filhos fora do EP), prende-se com o facto de esta ter omitido a sua situação à família, pelo que as principais figuras de suporte neste caso são as reclusas e o *staff* prisional.

De salientar ainda que os serviços clínicos e o *staff* prisional serem as figuras de suporte com menos referências positivas.

E. Crenças em torno da localização dos filhos durante a reclusão das mães

Nesta categoria identificam-se as crenças que as reclusas têm relativamente ao local de residência dos filhos. Numa das entrevistas foram identificadas crenças, mormente a ausência de amor materno pelos filhos que ficaram fora do Estabelecimento Prisional; a perda do vínculo entre mãe e filho. De salientar que nunca associam estas crenças aos filhos que, pela idade, não poderiam permanecer junto das mães reclusas (“... mães que têm filhos com menos de cinco anos que deixam os filhos lá fora, com os avós ou assim não devem ter um amor verdadeiro pelos seus filhos.” – Rita).

De ressaltar que de acordo com a mãe estrangeira que não tem os filhos no Estabelecimento Prisional percebe que as mães que têm os filhos consigo são mais felizes

(“Sim, as mães que têm os seus filhos aqui estão mais felizes e não sofrem tanto porque os têm juntos delas...” – Olga).

Presumem que algumas mães reclusas “usam” a maternidade para benefício próprio *(“...porque penso que a maior parte das mulheres que têm filhos aqui dentro acham que por ter os filhos cá pode ajudá-las a atenuar a pena e a fazerem-se de coitadinhas para os juízes.” – Maria).*

No que respeita às visitas e saídas da prisão, duas das reclusas salientam a importância das mesmas, quer no estreitamento de laços com familiares, quer na possibilidade de contacto com novas realidades (e.g. *“... se tivesse aqui família gostava muito que A. saísse de vez em quando para conhecer alguns sítios.” – Luana*). Há ainda, quem alvitre como “sistema ideal” a possibilidade de alternar um período intramuros com outro da mesma duração extramuros *(“Para mim o ideal é que a criança passe um mês aqui e um mês lá fora.” – Rita).*

F. Recomendações para diminuir o impacto da prisão na maternidade

Ao longo das entrevistas, as reclusas enumeram algumas recomendações com o objetivo de minimizar o impacto que a reclusão poderá ter na maternidade. Duas das entrevistadas visam ser necessário melhorar as condições da cela e da alimentação *(“Primeiro lugar as celas podiam ter melhores condições. A alimentação também podia ser melhor.” – Maria)*. A continuidade das atividades realizadas no exterior do EP, providenciadas pela Santa Casa da Misericórdia são também mais-valias na diminuição do impacto da reclusão, apontadas por duas mulheres *(“As crianças que têm dois anos têm atividades lá fora...” – Luana)*.

A existência de um psicólogo para as crianças, foi outra sugestão feita por uma mãe *(“ (...) poderiam ter psicólogos... achava que as crianças deviam ter acompanhamento” – Maria)*, tal como a existência de um pediatra mais assíduo *(“Achava bem que houvesse na prisão um pediatra mais assíduo...” – Rita)*.

As reclusas portuguesas com os filhos no EP são as que mais recomendações fazem para diminuir o impacto da prisão na maternidade. Entre as estrangeiras, apenas a que tem um filho no EP, aponta aspetos que considera pertinente melhorar.

IV. Discussão dos Resultados e Conclusões

4.1 Discussão integrativa dos dados

A análise das narrativas das mulheres reclusas entrevistadas, revela que todas vivenciam a maternidade de forma positiva (o apoio emocional que os filhos transmitem às mães, a ocupação do tempo disponível no exercício da maternidade, flexibilidade de horários, entre outros), embora reconheçam dificuldades no exercício da maternidade neste contexto. As crianças continuam a ser a figura central para as mães mesmo durante a reclusão. As mães que estão presas vêm os filhos como fonte de motivação para a mudança dos seus objetivos de vida (Enos, 2001; Ferraro & Moe, 2003, cit. in Celinska & Siegel, 2010). Têm a percepção de que exercem esse papel de forma diferente, senão mais adequada, uma vez que a principal preocupação é suprir as necessidades dos seus filhos, bem como, assegurar-lhes um futuro melhor. Consideram que estar na prisão as tornou mães diferentes, não que antes não soubessem cuidar dos seus filhos, mas porque neste contexto se tornam mais próximas dos filhos e mais atentas (Serras & Pires, 2004).

A decisão da permanência ou não das crianças na prisão é uma das maiores preocupações das reclusas. De mencionar que ambas as reclusas estrangeiras não tiveram opção de escolha. Uma teve que levar a sua filha para a prisão, uma vez que não tem familiares em Portugal com quem deixar a filha, apesar de destacar que mesmo que tivesse opção de deixar a filha fora do Estabelecimento Prisional não o faria. Quanto à outra reclusa estrangeira, os filhos foram retirados para uma instituição de acolhimento de crianças e jovens. Esta reclusa vivenciou momentos de grande tristeza e sofrimento aquando a separação efetiva dos seus filhos. Para além de estar num país estrangeiro, tem os filhos numa instituição. Tem de lidar com o sistema penal e o sistema de proteção. Para além destas se encontrarem longe do seu país de origem, dos familiares e amigos, encontram ainda outras dificuldades relacionadas com questões linguísticas, culturais e religiosas (Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2011b). As reclusas de nacionalidade portuguesa tinham opção de escolha, acabando por decidir que os filhos permanecessem com elas na prisão. Estas decisões foram influenciadas por inúmeras razões, desde a falta de condições e de alguém que cuide da criança, entre outras (Serras & Pires, 2004). Independentemente da nacionalidade e das opções, todas manifestam vontade de que os filhos permanecessem com elas na prisão.

Se por um lado, não têm dúvidas em manter os filhos próximos de si, uma vez que lhes dão força, encarando a reclusão de uma forma mais positiva, por outro lado revelam sentimentos de frustração, pois têm a noção que a prisão não é o ambiente mais favorável para o desenvolvimento de uma criança, revelando mesmo sentimentos de culpabilidade. Sentimentos de culpa são também vivenciados pela reclusa que tem filhos intra e extramuros. Ao estar

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

próxima da filha que se encontra consigo no EP, sente que negligenciou os que ficaram fora e constata que durante as saídas precárias a filha sente ciúmes dos irmãos, uma vez que estava habituada a ser só ela e a mãe. De acordo com Serras e Pires (2004), a existência de outros filhos permite a comparação da relação e dos comportamentos que têm com as crianças que estão na prisão, sentindo que, realmente os filhos estão bastante fechados e restringidos nas atividades e fazendo com que as mães se sintam ainda mais culpadas, contribuindo deste modo, para que se centrem mais cada vez mais nas crianças que estão na prisão.

A reclusa estrangeira que tem os filhos dentro do EP refere que a sua adaptação à prisão se tornou mais fácil. A criança pode proporcionar à mãe um maior sentimento de bem-estar, uma vez que a sua companhia pode ajudar a passar melhor o tempo e a diminuir as angústias (Silva, Luz & Cecchetto, 2011). Contrariamente, para a que não tem filhos na prisão, a sua adaptação só não foi fácil devido à separação. A separação entre mães e filhos é um dos aspetos mais stressantes da experiência prisional para as mães (Loper, 2006). Esta pode ser uma fonte constante de ansiedade e stresse (Granja, Cunha & Machado, 2013) e geradora de sentimentos de que são ‘más mães’ (Granja & Cunha, 2013b). Agrava-se pelo facto de esta não ter visitas dos filhos. Vários autores acreditam que as visitas das crianças ajudam na manutenção do vínculo entre pais e filhos, de modo a diminuir o impacto nocivo da separação e ajudar as mães a ajustar-se melhor ao ambiente prisional (Celinska & Siegel, 2010). Não obstante, existem mulheres que referem que as visitas com os filhos são tipicamente seguidos por elevados níveis de stresse e de sensações de vazio por parte das mães (Houck & Loper, 2002).

As reclusas portuguesas que têm os seus filhos no EP referem que a maternidade faz com que a sua adaptação ao contexto prisional se torne mais difícil, sendo a falta de ajuda e a escassez de tempo para exercer as suas funções como mãe muito limitadoras neste contexto. Uma das dificuldades também fortemente apontada pelas reclusas está relacionada com a falta de condições da prisão, principalmente a falta de espaço, bem como a alimentação que não consideram a mais adequada para as crianças. Há autores que advogam que a prisão não consegue proporcionar um ambiente saudável para o desenvolvimento normal da criança (Neto & Bainer, cit. in Machado, 1997), sendo o ambiente da prisão considerado por muitos autores, agressivo, conflituoso, barulhento e agitado (Cunha, 1994). Estas não conseguem cuidar dos filhos da mesma forma que o faziam no exterior, mas procuram contornar os obstáculos com que se vão deparando e que consideram limitadores do exercício da maternidade (Granja, Cunha & Machado, 2013).

As reclusas quando entram no EP sentem-se receosas e desamparadas (Serras & Pires, p.422), devido à perda de valores pessoais e sociais. Situação que é agravada no caso das mulheres estrangeiras, pelas razões já anteriormente mencionadas (Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2011b, p.48). Por este motivo, as figuras de suporte internas e externas desempenham um papel muito importante. Elas valorizam principalmente a família e os amigos. No EP, o

exercício da maternidade é mediado por figuras de suporte externas, sendo a intervenção e o envolvimento na vida das crianças dependente de uma rede de suporte que sustente esse contacto (Granja, Cunha & Machado, 2013). Dada a relevância atribuída a figuras de suporte externo, os contactos telefónicos ou a correspondência escrita torna-se crucial principalmente para as reclusas estrangeiras, visto ser muitas vezes a única forma de se sentirem apoiadas.

Os Serviços Clínicos prestam, segundo estas mulheres, um importante auxílio, principalmente no período de gestação. Muitas vezes, durante a gravidez as mulheres estão mais sensíveis, podendo mesmo desenvolver depressão pós-parto, que comprometeria a futura relação com o filho (Serras & Pires, 2004, p.417).

Relativamente ao *staff* prisional, mais especificamente às guardas prisionais, de acordo com a maioria da literatura (Cunha & Granja, 2013b; Serras & Pires, 2004), é referido que estas compreendem as razões que levam as reclusas a optar por ficar com os filhos no EP e constituem um importante apoio interno das mesmas. Contrariamente à literatura e de acordo com os dados das entrevistas, verifica-se que a maioria das reclusas não sente apoio por parte do *staff*. Constitui única exceção a reclusa estrangeira que omitiu a reclusão aos familiares e que não tem os filhos na prisão. Neste caso os elementos do *staff* prisional minimizam os “constrangimentos ao se constituírem como uma pseudo-rede de suporte” (Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2011b).

Relacionado com as decisões de residência dos seus filhos, surgem nos discursos das entrevistadas que escolheram que os filhos permanecessem na prisão, crenças de que mães que têm filhos com idades inferiores a cinco anos de idade e que os deixam lá fora não lhes têm amor e que os vínculos entre mães e filhos não devem ser quebrados. De salientar que a manutenção dos vínculos maternos é essencial para uma boa estruturação emocional das crianças em fases precoces da vida (Rita, 2006). Pelo facto da importância que dão à manutenção do vínculo entre mães e filhos, existe uma mãe que propõe como solução ideal a permanência das crianças um mês dentro da prisão e um mês longe deste contexto, próximo de familiares ou outros cuidadores e em contacto com realidades que só extramuros podem conhecer. Este sistema desejado pelas reclusas torna-se por vezes inviável para as que são estrangeiras, pois na maioria das vezes têm os familiares e amigos longe, não conseguindo proporcionar aos filhos qualquer contacto com o exterior (Afonso, 2005).

Com vista a minimizar o impacto da reclusão na maternidade, as participantes apontam ainda outras sugestões, não só na melhoria das condições físicas do EP, mas também e principalmente nas estruturas de suporte, nomeadamente a existência de um psicólogo que preste um acompanhamento permanente às crianças. Não se pode esquecer que para a maioria destas crianças o contexto prisional é a única realidade que conhecem, o que poderá ter influência no seu desenvolvimento (Serras & Pires, 2004).

Embora todas considerem que a creche tem boas condições e que a educadora dinamiza atividades que consideram pertinentes na relação mãe-filho, não deixam de sugerir outras atividades que acham importantes, principalmente atividades no exterior, que lhes proporcione outro tipo de vivências e experiências.

~

4.2 Conclusões

Em Portugal, existem vários estudos sobre a reclusão de estrangeiros (Guia; 2010; Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2013; Gomes; 2013) e embora se denote um crescente interesse e preocupação pelo estudo da maternidade durante o período de reclusão, continuam sendo poucos os estudos que se têm centrado sobre o efeito da maternidade nas reclusas. Esses estudos no âmbito do exercício da maternidade na prisão analisam as experiências de mães cujos filhos permanecem consigo durante o cumprimento da pena (Cunha, 1994; Serras & Pires, 2004), mas outros cenários possíveis do exercício da parentalidade continuam a não ser debatidos pelo sistema penal português (Granja, Cunha & Machado, 2013). Denota-se igualmente, um escasso interesse científico sobre o efeito da maternidade em reclusas estrangeiras detidas em Portugal. Esta investigação surge então com o desígnio de perceber de que modo ser mãe tem impacto ou não na adaptação das reclusas ao contexto prisional e de que forma a reclusão tem impacto no papel destas reclusas como mães, tendo sido ainda comparado se esse impacto é ou não sentido de igual forma por reclusas de nacionalidade portuguesa e estrangeira.

Conclui-se que as crianças em contexto prisional são perspectivadas como a figura central para as mães e que a maternidade é vivenciada por estas de forma positiva, embora reconheçam dificuldades no exercício da maternidade neste contexto, pese embora, que muitos desses discursos sobre a maternidade possam ser enquadrados no que é sociavelmente expectável (Badinter, 1980; Giddens, 1993, cit. in Inácio, 2013). Para estas reclusas este discurso de “boas mães” é importante para reverter uma identidade “desviante”, reforçando a ideia de que são “boas cidadãs” (Cunha & Granja, 2013b). Esta auto imagem maternal idealizada pelas reclusas, nem sempre corresponde aos comportamentos observados, contudo a presença dos filhos no EP suaviza o choque sentido pelas mesmas durante a reclusão (Cunha, 1991). Este sentimento é mais notório nas reclusas estrangeiras que, por se encontrarem longe do seu país de origem e por terem menos figuras de suporte, consideram que a presença dos filhos é de extrema importância, pois constituem o único apoio, ajudando-as a adaptar-se positivamente a este contexto. Tal como referia Cunha (1994), a experiência torna-se menos

dolorosa com a presença dos filhos, pois estes assumem papel de amigos, companheiros e, sobretudo, de figuras contentoras. Por essa razão, uma das grandes preocupações sentidas pelas reclusas prende-se com a decisão de manter as crianças dentro ou fora da prisão, sendo essa decisão dependente de vários fatores, sendo o principal, a nacionalidade das reclusas.

A localização dos filhos é o fator gerador de sentimentos contraditórios, vivenciados pelas reclusas na adaptação à reclusão. Para as mulheres portuguesas, a adaptação ao contexto prisional é considerado difícil, principalmente no que diz respeito às dificuldades sentidas no exercício da maternidade, uma vez que nunca chegam a vivenciar o verdadeiro sentimento de solidão, pois este é colmatado pelas visitas de familiares e amigos. Sentimentos de angústia e preocupação são vivenciados de forma muito marcante pelas estrangeiras com filhos extramuros e entregues a instituições de acolhimento de crianças e jovens. As mães que têm os filhos dentro e fora da prisão, vivem emoções contraditórias, que vão desde a frustração e culpabilidade até à felicidade.

No decorrer deste estudo emergiram algumas preocupações por parte das reclusas. A primeira, relacionada com a falta de condições da prisão, em que se apercebe que fica esquecido que a prisão feminina, para além de adultos, acolhe também crianças, sendo importante revisar ou talvez reajustar as políticas previstas no Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Outra preocupação deve-se à falta de apoio interno sentido pelas reclusas, mais precisamente por parte das reclusas e do *staff* prisional, sendo o apoio prestado às mães benéfico para uma boa relação mãe-criança, fazendo com que as mães se sintam compreendidas, ajudando assim a uma melhor adaptação a este contexto e a um melhor desempenho como mães. Estas mulheres sentem constrangimentos no que se refere à tomada de decisões relacionada com as vidas dos filhos, sentindo que o seu papel enquanto mães é regido principalmente pelas regras da instituição.

Em síntese, comparando reclusas de nacionalidade portuguesa e estrangeira percebe-se que a vivência da maternidade é semelhante, pois todas consideram os filhos como figura central, sendo estes considerados como uma fonte de motivação e mudança. É divergente no que concerne ao contributo na adaptação das mães à prisão, facilitando a adaptação para as reclusas de nacionalidade estrangeira e dificultando a adaptação das portuguesas. Quando cruzado a nacionalidade com a localização dos filhos, a partir do estudo conclui-se que, independente da nacionalidade e das opções das reclusas, não há hesitação por parte das mesmas em que os filhos permaneçam junto de si no EP.

Para investigações futuras seria importante complementar os discursos das reclusas com dados de observação direta, o que permitiria uma reflexão mais complexa e integrada sobre a vivência da maternidade em reclusão.

V. Referências Bibliográficas

Bibliografia

Afonso, O. (2005). *Mães e Crianças em Contexto Prisional: dos trilhos da exclusão reclusão aos processos de desenvolvimento e educação*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade Aberta, Lisboa.

Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Almeida, L.S., & Freire, T. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação* (4ª. Edição). Braga: Psiquilíbrios.

Azaola, E. G. (2005). *Las mujeres en el sistema de justicia penal y la antropología a la que adhiero*. *Cuadernos de Antropología Social*, 22, 11-26.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Beleza, M. T. (1990). *Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra*. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.

Bloom, B., & Steinhart, D. (1993). *Why Punish the Children? A Reappraisal of the Children of Incarcerated Mothers in America*. San Francisco: National Council on Crime and Delinquency.

Boudin, K. (1998). Lessons from a mother's program in prison: A psychosocial approach supports women and their children. *Women and Therapy*, 21, 103-125.

Celinska, K., & Siegel, J. (2010). Mothers in trouble: Coping with actual or pending separation from children due to incarceration, *The Prison Journal*, 90, 447-474.

Cunha, M. I. (1991). *A prisão feminina como 'ilha de lesbos' e 'escola do crime': discursos, representações, práticas*. Centro de Estudos Judiciários.

Cunha, M. I. (1994). *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.

Cunha, M. I. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de Século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cunha, M. I. (2014). Categorias de diferença, crime e reclusão: Glossários, estatísticas e experiências. In R. Matos, *Género, nacionalidade e reclusão: Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal*, (1) (216). Porto: Universidade Católica.

Cunha, M., & Granja, R. (2013a). *Gender asymmetries, parenthood and confinement in two Portuguese prisons*. Champ Pénal, (XI).

Cunha, M., & Granja, R. (2013b). *Care and respect: Mothering and relatedness in multigenerational prison settings*. In G. Eljdupovic, R. Bromwich (orgs.), *Incarcerated mothers: oppression and resistance* (106-120). Ontario: Demeter Press.

Decreto-Lei nº 115/2009 de 12 de outubro de 2009. *Diário da República nº 197/2009 – 1ª série*. Ministério da Justiça, Lisboa.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (2005). The Discipline and Practice of Qualitative Research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3rd ed., pp. 1 - 42). London: Sage.

Direção Geral dos Serviços Prisionais. Acedido a 20 de maio de 2014 em: <http://www.dgsp.mj.pt/>

Direção Geral dos Serviços Prisionais. Acedido a 10 de junho de 2014 em: http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/Estatisticas_e_Relatorios/2-trimestre-2012.pdf

Dormoy, O. (1992). L'Enfant et le Prison. *Enfance*. 46 (3), 251-263.

Easterling, B. (2012). *Parenting behind bars: A qualitative study of incarcerated mothers*. Dissertation for doctor of philosophy degree, University of Tennessee, Knoxville.

Enos, S. (2001). *Mothering from the inside. Parenting in a women's prison*. New York: State University of New York Press.

Enroos, R. (2011). Mothers in prison: between the public institution and private family relations. *Child and Family Social Work*, 16, 12-21.

Esteves, A. & Malheiros, J. (1999). Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas: “sobre-representação” ou ilusão? *Inforgeo*, 14, 77-102.

Esteves, A., & Malheiros, J. (2013). *Diagnóstico da população imigrante em Portugal: Desafios e potencialidades*. Lisboa: ACIDI.

Ferin, I., Santos, C., Filho, W., & Fortes, I. (2008). *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006*. Lisboa: ACIDI.

Fonseca, C. R. (2008). *Mulheres em cumprimento de pena: Um estudo no sistema prisional Português*. Dissertação de Mestrado em Ciências Forenses. Porto: Faculdade de Medicina.

Fonseca, C. R. (2010). *Crime e castigo: As mulheres na prisão*. Coimbra: Edições Almedina.

Frinhani, F. M. & Souza, L. (2005). Mulheres encarceradas e espaço prisional: Uma análise das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7 (1), 61-79.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O Inquérito – Teoria e Prática* (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora.

Gomes, S. (2013). *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste europeu e o grupo étnico cigano*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade do Minho.

Granja, R., Cunha, M., & Machado, H. (2012). *Children on the outside: The experience of mothering among female inmates*. In *Experiencing Prison: A persons project*, Praga.

Granja, R., Cunha, M., & Machado, H. (2013). *Formas alternativas do exercício da parentalidade: Paternidade e maternidade em contexto prisional*. *Ex Aequo*, 28, 73-86.

Guia, M.J. (2010). Imigrantes e criminalidade violenta em Portugal: *Que relação? O cabo dos trabalhos*, 4, 1-16.

Houck, K., & Loper, A. (2002). The relationship of parenting stress to adjustment among mothers in prison. *American Journal of Orthopsychiatry*, 72, 548-558.

Inácio, A. (2013). *Reclusão Infantil ou Liberdade Sem Mães: Vantagens e desvantagens*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.

Loper, A. (2006). How do mothers in prison differ from non-mothers? *Journal of Child and Family Studies*, 15 (1), 83-95.

Machado, M. J. (1997). *Os meninos reclusos: uma avaliação do seu desenvolvimento através da escala de Griffiths*. Monografia de Licenciatura em Psicologia Clínica. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Mason, J. (2002). *Qualitative Researching* (2nd ed.). London: Sage.

Matos, R. (2007). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.

Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina.

Matos, R. (2011). Mulheres e Cumprimento de Pena: Contributos para reflexão. In G. Jóluskin & A. Sacau (coords.), *Justiça em Análise: Aspectos jurídicos, sociais e psicológicos do cumprimento das penas* (pp. 57-62). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Matos, R. (2012). Reclusão de mulheres de nacionalidade estrangeira em Portugal: Particularidades, inquietações e desafios. *Barómetro social*, 1-4.

Matos, R. & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: Discursos no feminino. A prisão, o asilo e a rua. *Análise Social*, XLII (Separata 185), 1041-1054.

Matos, R. & Machado, C. (2012). *Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na Criminologia*. *Análise Psicológica*, (XXX), 33-47.

Matos, R., Machado, C, Barbosa, M., & Salgueiro, G. (2011a). *Trajetórias de Vida de Reclusas de Nacionalidade Estrangeira em Portugal - Estudo I*. Relatório de investigação não publicado. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Matos, R., Machado, C, Barbosa, M., & Salgueiro, G. (2011b). Trajetórias de Vida de Reclusas de Nacionalidade Estrangeira em Portugal - Estudo II. Relatório de investigação não publicado. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Matos, R., Barbosa, M., Salgueiro, G. & Machado, C. (2013). *Cidadãos estrangeiros em Portugal: migrações, crime e reclusão*. Lisboa, Edições colibri, pp. 33-45.

Miranda, J. (2009). *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projeto de vida*. Observatório da Imigração.

Monteiro, I & Ramos, N. (2010). Ser mãe hindu em contexto de migração em Portugal. In Seminário Internacional Fazendo Género 9 (1-11). Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. Florianópolis: Universidade Santa Catarina.

Moreira, J. J. (2006). *Estatísticas prisionais do Ministério da Justiça*. Apresentação e análise. Lisboa: Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

Moreira, T. (2011). *Lei e Prisão: Discursos de mulheres estrangeiras sobre o sistema jurídico-penal português*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.

Mumola, C. (2000). *Incarcerated parents and their children*. A Special Report of Bureau of Justice Statistics. Washington DC: U.S. Department of Justice.

Nery, I. (2012). *As prisioneiras: mães atrás das grades*. Lisboa: Plátano

Olabuénaga, J. (1996). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Bilbao, Universidad de Deusto.

Quaker United Nations Office. (2008). *Children imprisoned by circumstance*. Geneva, GE: Robertson, O.

Ribeiro, M. (2013). *Cherchez les Femmes: Uma análise sociológica da população prisional feminina Portuguesa*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Porto.

- Rita, R. (2006). *Mães e crianças atrás das grades*. Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília.
- Ritchie, J. (2003). The Applications of Qualitative Methods to Social Research. In. J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice* (pp. 24 - 46). London: Sage.
- Seabra, H. M. & Santos, T. (2005). *Criminalidade de estrangeiros em Portugal: Um inquérito científico*. Porto: ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Serras, D. & Pires, A. (2004). *Maternidade atrás das grades: Comportamento parental em contexto prisional*. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 413-425.
- Shamai, M. & Kochal, R. (2008). Motherhood starts in prison: The experience of motherhood among women in prison. *Family Process*, 47 (3), 323-340.
- Silva, E., Luz, A., & Cecchetto, F. (2011). Maternidade atrás das grades. *Enfermagem em Foco*, 2 (1), 33-37.
- Torres, A. & Gomes, M. (2002). *Drogas e prisões em Portugal*. Lisboa: CIES/ISCTE
- Wall, K., Nunes, C., & Matias, R. (2008). Trajetórias de Mulheres Imigrantes em Portugal. *VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa – 25 a 28 de Junho de 2008*.

ANEXOS

ANEXO I – Guião de Entrevista



CATÓLICA PORTO
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Projeto: Impacto da maternidade na reclusão

Guião de Entrevista

I. Apresentação

Tópicos	Instruções/ exemplos de questões
Apresentar os objetivos da realização da entrevista	<i>Na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do Mestrado em Psicologia da Justiça estou a desenvolver uma tese sobre o Impacto da maternidade em reclusão, com o objetivo de perceber qual o impacto que a maternidade tem nas mães reclusas.</i>
Assegurar confidencialidade e uso exclusivo da informação para fins científicos / pedir assinatura do consentimento informado	<i>A sua participação, através da realização de uma entrevista é fundamental para a concretização dos objetivos desta investigação. Para tal, é necessário que dê o seu consentimento, assinando um documento para esse mesmo efeito.</i>

II. Introdução

Abordar aspetos gerais sobre o processo de reclusão.

Tópicos	Instruções/ Exemplos de questões
Percurso no Sistema de Justiça Penal	<i>Está presa desde quando? Foi a sua primeira detenção? Se não, explorar as detenções anteriores- quando? Onde? Já tinha filhos?</i>
Contexto Prisional	<i>Como descreve o seu percurso prisional? Abordar a sua relação com as outras reclusas. Questionar se no momento se encontra integrada em atividades laborais, escolares e/ou integra noutras atividades sócio culturais e/ou programas específicos.</i>

III. Maternidade

Tópicos	Instruções/ Exemplos de questões
<p>Breve história conjugal e de maternidade</p>	<p><i>Pedir para descrever as relações conjugais (última/atual)</i></p> <p><i>Pedir informações acerca dos filhos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Nº de filhos</i> • <i>Idades</i> • <i>Onde estão- Se tiver filhos <u>fora</u>, perceber se estão encarregues a familiares ou a instituições e se estão <u>longe</u> ou <u>perto</u>.</i> <p><i>Explorar em que medida a residência dos filhos foram opção sua e porquê?</i></p> <p><i>Perceber de que forma era vivenciada a maternidade <u>fora</u> do EP (antes da sua detenção)</i></p> <p><i>Questionar como se sente no papel de mãe? Perceber o que para ela é ser mãe?</i></p>

IV. Maternidade na reclusão

Tópicos	Instruções/Exemplos de questões
Ser mãe reclusa	<p><i>Como é ser mãe e estar presa (e.g., Conseguir descrever-me como é ser mãe neste contexto)</i></p> <p><i>Perceber como se sente em ser mãe neste contexto</i></p> <p><i>Entender qual o impacto que tem no seu comportamento e na sua adaptação à prisão</i></p> <p><i>1. Perguntar acerca do <u>impacto</u> de ser mãe no seu <u>comportamento</u> e na sua <u>adaptação</u> à prisão:</i></p> <p><i>a) Qual é o impacto? Em que é que tem impacto?</i></p> <p><i>b) Perguntar se esse impacto é igual para todas as reclusas que são mães. Se <u>não</u> for, de que é que depende (e.g., ter filhos dentro ou fora do EP).</i></p> <p><i>2. Perguntar acerca do <u>impacto</u> de estar <u>presa</u> no seu papel de <u>mãe</u>.</i></p> <p><i>a) Qual é o impacto? Em que é que tem impacto? (Explorar a relação mãe-filho)</i></p> <p><i>b) Perguntar se esse impacto é igual para todas as reclusas que são mães. Se <u>não</u> for, de que é que depende (e.g., ter filhos dentro ou fora do EP)</i></p>
Rede e Suporte na maternidade	<p><i>Perceber de que forma é importante ou não ter suporte:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Família</i> <i>• Outras reclusas</i> <i>• Staff</i>

V. Impacto da maternidade em reclusão

Tópicos	Instruções/ Exemplos de questões
<p>Impacto da maternidade em reclusão (Recomendações)</p>	<p><i>Considera diferente ser mãe na prisão e mãe fora da prisão? Porquê? Que aspetos acha diferente?</i></p> <p><i>Questionar sobre o que é que a prisão poderia ter/oferecer, de forma a minimizar o impacto da reclusão no seu papel de mãe.</i></p>

VI. Avaliação do Processo

Tópicos	Instruções/ Exemplos de questões
<p>Avaliação do processo de entrevista</p>	<p>Convidar o sujeito a colocar-se perante o procedimento de um ponto de vista avaliativo, pontos mais positivos, pontos negativos e possíveis sugestões</p>
<p>Agradecer</p>	

ANEXO II – Consentimento Informado



Consentimento Informado

Projeto: Reclusão feminina: maternidade e nacionalidade

Eu, abaixo-assinado/a, compreendi a explicação que me foi dada sobre este projeto, tendo tido oportunidade para colocar questões e esclarecer dúvidas sobre o mesmo.

Tomei conhecimento de que os dados fornecidos serão totalmente anónimos e confidenciais.

Além disso, fui informado/a de que posso a qualquer momento recusar a minha participação no projeto, sem com isso sofrer qualquer tipo de penalização.

Aceito participar de livre vontade no estudo acima mencionado, autorizando a divulgação científica dos resultados obtidos, desde que garantido o anonimato.

Assinatura _____

Data [/ /].

Obrigada pela sua colaboração

Raquel Matos

(Investigadora Principal)

ANEXO III- Grelha de Codificação

Categorias		Definição
A. Percurso no Sistema de Justiça Penal		Cotam-se nesta categoria todas as unidades de registo que remetam para o contacto das reclusas com o sistema prisional.
B. Contexto Prisional		
B.1. Relação com as reclusas	B.1.1. Globalmente não há relações de confiança e amizade	Cotam-se nesta categoria todas as unidades de registo relativas a reclusas que não confiam nas outras reclusas, nem que estabelecem relações de amizade.
	B.1.2. Relações neutras	Referência a relações neutras estabelecidas entre as reclusas.
	B.1.3. Referência a casos de amizade e pessoas com quem mais se identificam	Referência a todos os casos de amizade entre as reclusas ou referência a pessoas com quem mais se identificam.
B.2. Ocupação laboral na prisão		Cotam-se todas as unidades de registo referente à forma como as reclusas passam o tempo na prisão a nível laboral.
C. História Conjugal e de Maternidade		
C.1. História Conjugal	C.1.1. Não mantêm relacionamento	Cotam-se todas as unidades de registo referentes ao término do relacionamento conjugal.
	C.1.2. Mantêm relacionamento	Cotam-se todas as unidades de registo que abordem que ainda mantém o relacionamento conjugal.
C.2. Gravidez		Cotam-se todas as unidades de registo relativas à gravidez das reclusas.
C.3. Informação geral sobre os filhos		Cotam-se todas as unidades de registo referentes a informações sobre os filhos.
C.4. Ser mãe		Perceções das reclusas sobre o seu papel de mãe.
D. Maternidade e Reclusão		
D.1. Residência dos filhos (decisões)	D.1.1. Não tinha opção	Cotam-se todas as unidades de registo que revelam que as reclusas

Categorias		Definição
		não tinham com quem deixar os filhos.
	D.1.2. Tinha opção	Cotam-se todas as unidades de registo que revelam que as reclusas tinham com quem deixar os filhos no exterior.
D.2. Diferente ser mãe dentro e fora da prisão		Cotam-se todas as unidades de registo que referem que existem diferenças entre ser mãe na prisão e mãe fora da prisão.
D.3. Condições do EP para a maternidade	D.3.1. Boas condições do EP	Cotam-se todas as unidades de registo que referem existir condições favoráveis no EP para desempenhar o papel de mãe.
	D.3.2. Dentro as condições são piores (mais limitadas)	Cotam-se todas as unidades de registo que referem não existir condições no EP para desempenhar o papel de mãe.
D.4. Impacto da reclusão nos filhos	D.4.1. Atenção diferente aos filhos que estão dentro e fora do EP	Cotam-se todas as unidades de registo que referem que a reclusão tem impacto nos seus filhos.
	D.4.2. Prejudicar e sacrificar os filhos	
	D.4.3. Não prejudica os filhos	
D.5. Impacto de ser mãe na experiência prisional	D.5.1. Experiência da reclusão torna-se mais difícil	Cotam-se as unidades de registo que referem que adaptação à prisão torna-se mais difícil pelo facto de serem mães.
	D.5.2. Experiência da reclusão torna-se mais fácil	Cotam-se as unidades de registo que referem que adaptação à prisão torna-se mais fácil pelo facto de serem mães.
	D.5.3. Experiência da reclusão é diferente.	Cotam-se as unidades de registo que referem que a adaptação à prisão é diferente por serem mães.
D.6. Rede e Suporte	D.6.1. Avaliação do Suporte	D.6.1.1. Avaliação Positiva do Suporte
		Todas as referências associadas a uma satisfação significativa recebida pelas figuras de suporte.

Categorias		Definição
		D.6.1.2. Avaliação negativa do Suporte Todas as referências associadas a uma satisfação negativa pelas figuras de suporte.
	D.6.2. Figuras de Suporte	D.6.2.1. Família e amigos Caraterização da família e dos amigos como elementos da figura de suporte das reclusas, incluindo referências positivas e negativas.
		D.6.2.2. Reclusas Referências a reclusas como figura de apoio, quer este seja positivo ou negativo.
		D.6.2.3. Serviços clínicos Referência aos elementos integrantes da equipa dos serviços clínicos como figura de apoio, quer seja positivo ou negativo.
		D.6.2.4. Staff prisional Caraterização do <i>staff</i> prisional como elementos da figura de suporte das reclusas, incluindo referências positivas e negativas.
E. Crenças em torno da localização dos filhos durante a reclusão das mães	E.1. Quem deixa os filhos fora do EP não lhes tem amor	Cotam-se as unidades de registo relativamente às crenças que as mães reclusas têm quanto à opção da permanência ou não da criança na prisão.
	E.2. Permanecer o vínculo entre mãe-filho	
	E.3. Importância do contacto com o exterior	
	E.4. Nem todas as mães sentem o mesmo impacto na reclusão	
	E.5. As reclusas com filhos no EP são mais felizes	
	E.6. Ter filhos no EP pode ajudar a atenuar a pena	
F. Recomendações para diminuir o impacto da prisão na maternidade	Cotam-se todas as unidades de registo referentes às recomendações dadas pelas reclusas com o objetivo de diminuir o impacto da prisão na maternidade.	

Anexo IV. Tabela de Categorização

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
Percurso no Sistema de Justiça Penal			11	<ol style="list-style-type: none"> 1. “(...)presa desde o dia 8 de junho de 2012...” 2. “(...) fui para Lisboa para interrogatório e aguardei dois dias em Coimbra na PJ e depois é que me trouxeram para este Estabelecimento Prisional em prisão preventiva.” 3. “Vim presa no dia 21 de Março...” 4. “[Risos] É difícil esquecer-me do dia em que fui presa...” 5. “Foi no dia 23 de julho de 2010.” 6. “Estou detida desde o dia dois de janeiro de 2012...” 7. “Aguardei julgamento em prisão preventiva, a primeira vez estive no EP e depois fui em vigilância eletrónica e agora voltei para cumprir o resto da pena.” 8. “...foi a minha primeira detenção.” 9. “... é a primeira vez que estou presa,...”
Contexto Prisional	<u>Relação com as reclusas</u>	<u>Globalmente não há relações de confiança e amizade</u>	3	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...aqui dentro não se criam relações de amizade...” 2. “Estou sozinha, mais vale estar sozinha que estar com pessoas que não confio.” 3. “Mas confiar de verdade, só confio no meu silêncio.”

ANEXO IV – Tabela de Categorização

Categoria	Subcategoria	Número de referências	Exemplo de Excertos
	<u>Relações neutras</u>	4	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Quanto à minha relação com as outras reclusas é normal...” 2. “... é normal.” 3. “...é uma relação normal.” 4. “É uma relação bastante tranquila... sem problemas.”
	<u>Referência a casos de amizade/ pessoas com quem mais se identificam</u>	4	<ol style="list-style-type: none"> 1. “... tenho duas ou três pessoas com quem me mais identifico...” 2. “Tenho uma amiga e dou-me bem com ela, que me ajuda a fazer os papéis e outras coisas porque não sei escrever em Português [<i>Suspiro</i>].” 3. “Tenho uma ou duas amigas em quem confio...” 4. “Existem reclusas das quais gosto mais...”
	<u>Ocupação laboral na prisão</u>	6	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Sim, estou a trabalhar na empresa Polismar, faço peças para montar janelas, são peças de plástico.” 2. “Mas no outro dia pude fazer laços na cela durante a noite. “ 3. “Trabalho no saco dos mortos e até gosto, é melhor do que estar presa na cela. “ 4. “Trabalho nas artes e gosto daquilo que faço que é o mais importante. Faço um pouco de tudo.” 5. “Faço tapetes, pinto telas, faço entrançados, bolsas e pochetes. “ 6. “Sim, neste momento encontro-me nas faxinas da ala... gosto muito de limpar,

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
				por vezes não existem é bons recursos materiais.... trabalha-se como se pode. Sabe eu não me importo de limpar, claro que não é um objetivo para sempre, mas temporariamente tem que ser. “
História Conjugal e de Maternidade	<u>História Conjugal</u>	<u>Não mantém relacionamento</u>	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Não estou com ele...não ligo...não tenho o contacto dele. A relação não estava muito boa, havia sempre discussão. “ 2. “Ex-companheiro atualmente.” 3. “Bom quando estávamos na rua era ‘como se diz? ‘, Ouro sobre azul. Era tudo magnífico, se bem que ele fazia alguns filmes. 4. “...só temos esta filha em comum, porque os meus outros dois filhos, são filhos de outro pai. “ 5. [<i>Suspiros</i>] A relação com o pai do meu filho acabou, porque naquela altura estávamos muito mal economicamente estávamos a viver tempos muito difíceis.
		<u>Mantém relacionamento</u>		2

Categoria	Subcategoria	Número de referências	Exemplo de Excertos
	<u>Gravidez</u>	10	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...vim grávida para o EP.” 2. “Já vim grávida para cá...faltava mais ou menos dois meses para terminar a gravidez.” 3. “... o meu marido foi preso três meses antes, aos meus cinco meses de gravidez, mas não posso dizer que isso me afetou a gravidez. “ 4. “... já tinha dois filhos mas vim grávida da minha terceira filha.” 5. “...descobri no EP que estava grávida de cerca de um mês e meio.” 6. “É assim durante a gravidez eu estava mais sensível, tanto pela descoberta desta nova fase como também pelo local aonde me encontro.” 7. “Inicialmente quando a minha família soube da minha gravidez entrou em choque, chegando mesmo a pensar que o melhor seria abortar, visto que estava em prisão preventiva...” 8. “Mas depois aceitaram e amam muito o meu filho. Ainda me lembro da minha mãe me dar beijos na barriga durante as visitas. [<i>suspiros</i>].”

Categoria	Subcategoria	Número de referências	Exemplo de Excertos
	<u>Informação Geral Sobre os Filhos</u>	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. “A minha filha tem neste momento um ano e oito meses.” 2. “... tenho sete filhos...” 3. “[pausa] Quinze, catorze, doze, onze, dez, seis e dois [idade dos filhos]...” 4. “Os meus filhos têm doze, onze e três. Os meus dois filhos mais velhos ficaram com a minha mãe e a mais nova está aqui comigo...” 5. “O meu filho tem dezoito meses...”
	<u>Ser mãe</u>	6	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Bom, eu já vivi a minha vida e agora quero é passar o meu tempo com ela e levar-lhe por bons caminhos... quero estar presente.” 2. “Sinto bem...[em ser mãe] “ 3. “... ser mãe para mim é amadurecer, é ser mulher.” 4. “É ser responsável e é o melhor do mundo. “ 5. “É quase esquecer as minhas necessidades, das minhas carências, anular mesmo, porque os filhos fazem esquecer tudo.” 6. “Coloco o meu filho sempre em primeiro lugar e antes de quase tudo o que faço, penso sempre muito bem para não prejudicar o meu filho. “

ANEXO IV – Tabela de Categorização

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos	
Maternidade e Reclusão	<u>Residência dos filhos (decisões)</u>		<u>Não tinha opção</u>	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Nunca deixei pensar em deixar a A. sair do EP, porque não tinha com quem a deixar, porque não tenho familiares em Portugal. “ 2. “...eu lá fora não tenho a minha família.” 3. “Num centro de menores em Viana do Castelo [localização atual dos filhos].” 4. “Sim foi [segurança social]. O meu companheiro foi para França...não quis saber. “ 5. “Queria trazer a minha hija mais nova para aqui, mas ninguém faz nada... “
			<u>Tinha opção</u>	3	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Os meus dois filhos mais velhos ficaram com a minha mãe e a mais nova está aqui comigo...” 2. “Ficou comigo porque a vida lá fora não está assim tão fácil e não têm assim tanto tempo quanto isso. E já deixei os meus outros dois filhos lá fora. “ 3. “Essa decisão foi tomada em concordância por toda a família, pois achamos que seria o ideal para o meu filho...”

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
	<u>É diferente ser mãe dentro e fora da prisão</u>		8	<ol style="list-style-type: none"> 1. “É diferente ser mãe lá fora e ser mãe cá dentro, como é óbvio...mas aqui tenho a minha filha.” 2. “... aqui dentro sou eu e ela, somos apenas as duas...” 3. “Considero [diferente ser mãe dentro e fora], porque lá fora tenho todas as condições.” 4. “... frustrante porque não é a mesma coisa que estar lá fora.” 5. “... acho que é diferente para as mães que têm o filho no exterior.” 6. “Nunca fui mãe lá fora [risos]... [ser mãe dentro e fora do EP]por isso não sei bem se existem e se sim quais são essas diferenças.” 7. “...lá fora há mais atividades que podia fazer com a minha filha...” 8. “Só sei que se estivesse lá fora ia conseguir proporcionar melhores condições porque eu acho que de resto ia ser igual. “
	<u>Condições do EP para a maternidade</u>	<u>Boas condições do EP</u>	1	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Olhe a ala é grande, a creche é grande... tem espaço por onde circular. Tenho DVD na cela, coloco-lhe os desenhos animados de que ele gosta.”

ANEXO IV – Tabela de Categorização

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
		<u>Dentro as condições são piores/mais limitado</u>	8	<ol style="list-style-type: none"> 1. "...cá dentro só posso brincar com ela na cela." 2. "...começando pelas condições que temos aqui dentro. Não há condições para ser mãe aqui dentro. Não há espaço." 3. "É que neste EP as celas são maioritariamente individuais, e as nossas celas são iguais ás das outras reclusas que não têm os filhos cá e elas queixam-se, então imagine uma cela com uma cama e mais um berço. " 4. "Aqui dentro não posso decidir nada. Não decido se ela vai ou não para a creche, a minha filha pode estar doente e eu não posso tomar nenhuma decisão." 5. "Lá fora se não gostasse da creche colocava-a noutra, aqui não tenho escolha. Tudo isto mexe e torna tudo diferente." 6. "Às vezes a minha filha diz-me "Gosto mais da casa da tia, porque me faz papa a sério", claro que isto não nos deixa contente." 7. "Mas sinto-me limitada..." 8. "A cela poderia ser mais parecida com um quarto..."

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos	
	<u>Impacto da reclusão nos filhos</u>		2	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Neste momento, sinto que os meus filhos que estão lá fora com a minha mãe estão a ser de certa maneira injustiçados, porque estou aqui dentro com a minha outra filha e dou mais atenção a esta filha e isso é injusto para os meus outros dois filhos.” 2. “ por outro lado, quando vou de precária, sinto-me mal porque como a minha filha mais nova que está aqui comigo está habituada a ser só eu e ela sente ciúmes dos outros irmãos, acha que a mãe é só dela.” 	
				1	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...algumas mães acham que ter os filhos os pode prejudicar e sacrificar.”
				1	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...foi diferente do que se a trouxesse com mais idade. Não acho que assim sacrifique tanto a minha filha...”

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
	<p><u>Impacto de ser mãe na experiência prisional</u></p>	<p><u>Experiência da reclusão torna-se mais difícil</u></p>	<p>16</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...há dois meses que não tenho visitas com meus filhos... <i>[suspiro]</i>.” 2. “Muito difícil [separação com os filhos], mas consegui despedir-me deles. “ 3. “...com esta situação sinto-me mal...choro muito por meus filhos... <i>suspiros]</i>.” 4. “cada mãe sente muito por seus filhos... É a primeira vez que estou longe tanto tempo de meus filhos...” 5. “...porque estou sempre triste, estou sempre a chorar por meus filhos... que me fazem muita falta. Se tivesse os meus filhos comigo ia ser uma pessoa mais alegre e conseguia fazer mais amigas...” 6. “[ser mãe e estar presa]É difícil, muito difícil.” 7. “Sempre que precisava tinha as minhas tias, o pai, a minha mãe a ajudar-me. Aqui dentro não tenho ajuda nenhuma, se preciso de ajuda, olha tenho que me desenrascar. Imagina a minha filha com cólicas, não há cá gotas cor-de-rosa.<i>[risos]</i>.” 8. “A adaptação é que se torna mais difícil...” 9. “Porque tenho que gerir da melhor forma o meu tempo, tenho que providenciar uma boa higiene na cela, na ala, tenho que tratar do meu filho e da roupa.” 10. “Torna-se mais difícil só mesmo pela questão do tempo que é mais limitado neste contexto”

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
		<u>Experiência da reclusão torna-se mais fácil</u>	8	<ol style="list-style-type: none"> 1. "...até me adaptei bem, principalmente por causa da ajuda da minha filha. " 2. "A minha adaptação aqui na prisão foi mais fácil, primeiro porque a minha filha é tudo e deu-me muita força... [filha] ocupa-me muito o tempo e aqui o mais importante é ocupar o tempo." 3. "E as mães aqui têm mais regalias..." 4. "...por exemplo aos fins-de-semana podemos ter as portas da cela aberta e outro tipo de horários... são mais flexíveis. " 5. "Não sei se é ser egoísta ou não, mas ia ser mais difícil a minha adaptação aqui sem a minha filha cá."
		<u>Experiência da reclusão é diferente</u>	4	<ol style="list-style-type: none"> 1. "...se eu tivesse meus filhos comigo ia ser mais feliz." 2. "...adaptação aqui dentro é diferente por ter a minha filha." 3. "...engulo mais sapos. Se não tivesse aqui a minha filha, aposto que me ia saltar a tampa mais vezes." 4. "... tento relativizar os problemas, mas o que não quer dizer que não coloque o meu filho sempre em primeiro lugar. "

ANEXO IV – Tabela de Categorização

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
	<u>Rede e Suporte</u>		<u>Avaliação do suporte</u>	<p><u>Avaliação Positiva</u></p> <p style="text-align: center;">11</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. “...aqui dentro tive um bom suporte dos serviços clínicos... “ 2. “...as enfermeiras ajudaram-me e ensinaram-me muitas coisas.” 3. “Falo por telefone com a minha família que me costumam tranquilizar e agora ainda mais com a minha filha. “ 4. “...a minha família teve um grande impacto e ajudou-me muito, mas claro, só por telefone... [Risos].” 5. “Se não fosse a minha família bem que morria à fome. Mas a família pouco pode fazer, só pode ajudar com os bens e a nível monetário.” 6. “...ginecologista que me acompanhou era bastante atenta e profissional. “ 7. “É de grande importância o suporte que temos da nossa família e dos nossos amigos. É fundamental, porque há gastos, custos... ah e também pelo apoio moral e a nível afetivo. 8. “A minha família apoia-me quando eu preciso e quando o meu filho precisa de ir à rua arejar... “ <p><u>Avaliação negativa</u></p> <p style="text-align: center;">7</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. “...por parte das reclusas não sinto que tenha ajuda.” 2. “A minha família não sabe que estou aqui... não tenho contacto com a minha família. Por isso não tenho ajuda da minha família...” 3. “Não ajudam nem desajudam [reclusas].” 4. “As outras reclusas não se apercebem das dificuldades que nós sentimos...”

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
	<u>Figuras de suporte</u>		8	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Falo por telefone com a minha família que me costumam tranquilizar e agora ainda mais com a minha filha. “ 2. “A minha família não sabe que estou aqui... não tenho contacto com a minha família. Por isso não tenho ajuda da minha família...” 3. “...sempre que precisava de algo tinha apoio [familiares] o que tornava tudo mais fácil.” 4. “Sempre tive um grande suporte [familiares]. Se não fosse a minha família bem que morria à fome. “ 5. “...mas a família pouco pode fazer, só pode ajudar com os bens e a nível monetário.” 6. “É de grande importância o suporte que temos da nossa família e dos nossos amigos. É fundamental, porque há gastos, custos... ah e também pelo apoio moral e a nível afetivo. “
	<u>Reclusas</u>		7	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...por parte das reclusas não sinto que tenha ajuda. “ 2. “Não me ajudam em nada... mesmo quando me vêm triste. Só minha amiga é que me dá força para não chorar, para comer...” 3. “Não ajudam nem desajudam [reclusas].” 4. “As outras reclusas não se apercebem das dificuldades que nós sentimos...”

ANEXO IV – Tabela de Categorização

Categoria	Subcategoria		Número de referências	Exemplo de Excertos
		<u>Serviços Clínicos</u>	3	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...aqui dentro tive um bom suporte dos serviços clínicos... “ 2. “...as enfermeiras ajudaram-me e ensinaram-me muitas coisas.” 3. “... a ginecologista que me acompanhou era bastante atenta e profissional.”
		<u>Staff Prisional</u>	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Não, eles nem podem ajudar [staff prisional]. Mas simpatizam muito com a minha filha...” 2. “Há alguns que se preocupam e outras não [staff prisional]... e há algumas que condenam as reclusas que têm os filhos cá dentro.” 3. “Também não...[staff prisional] [<i>suspiro</i>].”

Categoria	Subcategoria	Número de referências	Exemplo de Excertos
Crenças em torno da localização dos filhos durador a reclusão das mães		11	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...mães que têm filhos com menos de cinco anos que deixam os filhos lá fora, com os avós ou assim não devem ter um amor verdadeiro pelos seus filhos.” 2. “...porque por mais bem tratados que sejam lá fora não se deve nunca perder o vínculo com as mães.” 3. “...se tivesse aqui família gostava muito que a A. sáísse de vez em quando para ela conhecer alguns sítios.” 4. “Para mim o ideal é que a criança passe um mês aqui e um mês lá fora.” 5. “Quando quiser ir passear vai com os avós.” 6. “Sim, as mães que têm seus filhos aqui estão mais felizes e não sofrem tanto porque os têm juntos delas...” 7. “...nem todas as mães sentem o mesmo impacto...” 8. “...maior parte das mulheres que têm filhos aqui dentro acham que por ter os filhos cá pode ajudá-las a atenuar a pena e a fazerem-se de coitadinhas para os juízes. “

ANEXO IV – Tabela de Categorização

Categoria	Subcategoria	Número de referências	Exemplo de Excertos
Recomendações para diminuir o impacto da prisão na maternidade		11	<ol style="list-style-type: none"> 1. “...têm atividades lá fora e é importante.” 2. “...as celas que podiam ter melhores condições. A alimentação também podia ser melhor.” 3. “...poderiam ter psicólogos.” 4. “...achava que as crianças deviam ter acompanhamento...” 5. “Achava bem que houvesse na prisão um pediatra mais assíduo e competente...” 6. “Deveriam incentivar as crianças mais velhas a dar início a línguas estrangeiras.”